



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**JULIANA FERREIRA BONFIM**

**O REUNI através do olhar do docente sindicalizado – análise do  
distanciamento entre a política de fato e a política em uso na UFRB**

Cachoeira – BA  
2017

**JULIANA FERREIRA BONFIM**

**O REUNI através do olhar do docente sindicalizado – análise do distanciamento entre a política de fato e a política em uso na UFRB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Humanidades, Artes e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Lys Maria Vinhaes Dantas

Cachoeira – BA

2017

JULIANA FERREIRA BONFIM

**O REUNI através do olhar do docente sindicalizado – análise do distanciamento entre a política de fato e a política em uso na UFRB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

Aprovado em 28 de março de 2017

**Lys Maria Vinhaes Dantas**

Professora orientadora

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**Edgilson Tavares de Araújo**

Doutor e Mestre em Serviço Social pela Universidade Católica de São Paulo

Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**Antônio Eduardo Alves de Oliveira**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## Agradecimentos

Agradeço a Deus e ao meu guia por me sustentarem durante essa caminhada, por toda inspiração aos bons pensamentos e as boas energias.

Aos meus pais por todo amor, carinho e proteção ao longo da minha vida. A minha "Frô" por ser minha base e por me ensinar todos os dias que o amor se encontra nos mínimos gestos de afeto e carinho do dia-a-dia.

A minha orientadora Lys Vinhaes por ter abraçado a ideia dessa pesquisa logo no início e por toda paciência e dedicação em me ensinar ao longo dessa jornada.

A minha Vó Tida (*in memoriam*) por se fazer presente nos momentos em que mais preciso. As minhas avós Jane e Mira por me mostrarem como o ser humano pode ser bondoso e cheio de amor por seus semelhantes. A meu avô Nal por toda a criação, disciplina e cuidado na minha infância.

A meu tio Luiz Antônio por todo cuidado, afeto e por ter sido uma espécie de irmão mais velho para mim.

A minha Duda por me mostrar que mulheres podem ser fortes em qualquer idade.

A minha Bibia por me mostrar que o amor mais puro vem das crianças. A Ana Paula por cuidar de mim no momento de maior fragilidade.

A Helen de Souza, Laís Lima, Thamires Almeida e Maíra Santos por todos esses anos de amizade, todas as alegrias, risos, choros e, principalmente, por toda paciência.

A Mateus Carvalho por toda cumplicidade, companheirismo e por me mostrar que o amor não tem partido.

A Shirlei Rosado, Eduardo Libório, Cristiano Queiroz e Vinicius Ribeiro por todo apoio

nos momentos mais difíceis e cruciais da minha vida acadêmica na UFRB.

A Cícero Bittencourt e todo o pessoal do Departamento de Administração e Orçamento e Finanças do IFBA Campus Santo Amaro por todo o aprendizado durante o período de estágio.

A Naruto por me ensinar a nunca desistir dos meus sonhos e por me mostrar que as dificuldades que se apresentam no meu caminho e as pessoas que aparecem para me subestimar e desanimar somente me fazem mais forte.

Sem vocês, eu não seria a mesma e esse trabalho não seria possível!

*“A verdadeira viagem do descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ver com novos olhos”.*

*Marcel Proust*

BONFIM, Juliana Ferreira. **O REUNI através do olhar do docente sindicalizado** - análise do distanciamento entre a política de fato e a política em uso na UFRB. 69 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

## RESUMO

Nos últimos anos, o Ensino Superior brasileiro passou por uma série de mudanças e transformações, desde a LDB 9394/96 até políticas públicas específicas que objetivavam a sua expansão. O Decreto nº 6.096/2007 foi formulado possuindo como objetivo central a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior. A finalidade desse trabalho é demonstrar como se dá a implementação de uma política pública top-down a partir das vivências, interpretações e perspectivas dos docentes sindicalizados a APUR – atores sociais – ao analisar os boletins informativos da Associação durante a greve docente de 2015. Os conceitos utilizados para o embasamento teórico da pesquisa partem da análise do ciclo de políticas públicas proposto por Ball e Bowe (1992 *apud* MAINARDES, 2006), que expõem acerca das três concepções de uma política pública (política proposta, política de fato e política em uso). O método adotado na análise dos boletins informativos utilizou a análise documental como abordagem de pesquisa, complementada pela análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1977). Assim, esse trabalho apresenta um novo olhar acerca da análise de implementação de políticas públicas de educação, pois centra a sua análise nas influências dos burocratas de nível de rua que implementam o REUNI na UFRB. Como principais resultados os maiores índices de menções, presentes nos boletins informativos, centraram-se na categoria de *Dimensões não previstas no Decreto nº 6.096/2007*, fato extremamente relevante quando percebemos que os pontos integrantes dessa categoria foram deixados de lado pelo REUNI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior; implementação de políticas públicas; REUNI; UFRB; APUR.

## Lista de Siglas

APUB – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia .....	35
APUR – Associação dos Professores Universitários do Recôncavo .....	13
ANDES-SN – Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior .....	33
BI-APUR – Boletins Informativos da APUR .....	42
CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras .....	47
CCAAB – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas .....	47
CECULT – Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologia Aplicadas .....	51
CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas .....	47
CETENS – Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade .....	51
CFP – Centro de Formação de Professores .....	47
CONAD – Conselho Nacional dos Docentes do Ensino Superior .....	35
CONSUNI – Conselho Universitário .....	51
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes .....	20
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio .....	20
FHC – Fernando Henrique Cardoso .....	18
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil .....	21
GEA – Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil .....	18
IES – Instituição de Ensino Superior .....	20
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior .....	12
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ....	21
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional .....	12
MEC – Ministério da Educação .....	12
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento .....	24
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores .....	49
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação .....	24
PEC – Proposta de Emenda Constitucional .....	50
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência .....	49
PNE – Plano Nacional de Educação .....	23



PROUNI – Programa Universidade para Todos .....	22
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais .....	12
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior .....	20
UFBA – Universidade Federal da Bahia .....	36
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia .....	12

## **Lista de tabelas**

Tabela I – Evolução das IES Públicas e Privadas no Brasil .....	21
Tabela II – Recursos Orçamentários do Programa de Expansão (2005-2012) .....	26

## **Lista de Figuras**

Figura 01 – Representação das dimensões de análise utilizadas no Trabalho de Conclusão de Curso .....	45
---	----

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. O REUNI e o Ensino Superior No Brasil</b> .....	16
2.1 Educação Superior no Brasil e Políticas Públicas de Educação Superior .....	16
2.2 O REUNI .....	23
2.3 Modelos de Análise de Implementação de Políticas Públicas .....	28
2.4 As Faces de uma Política Pública .....	31
2.5 Docentes, Movimento Sindical e REUNI .....	32
<b>3. A UFRB e o REUNI</b> .....	36
3.1 O Projeto de Adesão ao REUNI .....	38
<b>4. METÓDO</b> .....	42
<b>5. ANÁLISE DOS ACHADOS</b> .....	46
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61
<b>APÊNDICE</b> .....	67

## I. Introdução

O Ensino Superior no Brasil passou por grandes transformações nos últimos anos, desde a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 20 de dezembro de 1996, até os dias mais atuais, com a implementação de políticas públicas que incentivam sua expansão. O presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu elevar a taxa de crescimento, outrora estagnada, aumentando a possibilidade de acesso ao nível superior por instituições de ensino privadas. Seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, continuou esse processo de expansão, a princípio dando continuidade por instituições privadas, como o seu antecessor, mas, durante o governo do seu segundo mandato priorizou as instituições públicas ao implementar a política pública do REUNI, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e a Expansão das Universidades Federais.

De acordo com o Decreto nº 6.096 de 2007, o REUNI possui como objetivo central a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, tendo como principais diretrizes a redução das taxas de evasão, preenchimento das vagas ociosas, aumento de vagas – enfatizando cursos noturnos –, inserção de políticas de inclusão e assistência estudantil, entre outros.

O REUNI teve o caráter de adesão voluntária, mas a adequação de uma universidade à política do REUNI acarretaria um maior repasse orçamentário à mesma, fator decisivo para que as IFES – Instituições Federais de Ensino Superior – aderissem à política pública em questão. Assim, 53 das 54 universidades federais (MEC, 2009, p. 4) existentes até o período de 2007 apresentaram seus respectivos Planos de Adesão.

A UFRB participou da segunda chamada do REUNI tendo previsão de implantação do Programa para o 2º semestre de 2008 (MEC, 2009, p. 5). Segundo o Anexo I - Formulário de Apresentação de Proposta, a UFRB submeteu sua proposta de adesão ao REUNI em dezembro de 2007, possuindo como objetivo geral "melhorar as condições do ensino de graduação com qualificação na oferta de cursos, a redução da evasão e o aumento da taxa de sucesso" (UFRB, 2007. p. 6).

Porém, por ter sido desenvolvido a partir da abordagem *top-down* – modelo caracterizado pela divisão entre a fase de “tomada de decisão” (SECCHI, 2012, p. 9), etapa que deriva de esferas superiores da Administração Pública, e a fase de implementação de uma política pública, etapa esta que fica como responsabilidade dos burocratas de nível de rua<sup>1</sup> – o contexto de criação da Política foi bastante conturbado. Grande parte da comunidade acadêmica mobilizou-se contra, alegando precarização do trabalho docente, indissociabilidade entre a tríade do ensino superior público – ensino, pesquisa e extensão – e perda de autonomia das IFES, considerando que as universidades condicionariam o seu modo de expansão a um molde com diretrizes previamente definidas.

Assim, o problema de pesquisa desse Trabalho de Conclusão de Curso centra-se no distanciamento entre a política de fato e a política em uso na UFRB. Diante dessa problemática, esse trabalho tem por finalidade estudar quais as relações observadas nas reivindicações dos docentes sindicalizados à Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) durante a greve de 2015 e o REUNI, buscando captar as percepções do docente sindicalizado acerca da Política e os pontos de entrave entre as pautas docentes e as Diretrizes Gerais do Programa de Reestruturação e Expansão.

O método adotado neste trabalho está alicerçado na análise de conteúdo, cujo foco se volta para o Decreto nº 6.096/2007, que institui o REUNI, para o documento oficial de Plano de Adesão ao REUNI desenvolvido pela UFRB, assim como para os boletins informativos da APUR durante o período de greve docente de 2015 – 24 boletins correspondentes ao período de 30 de abril de 2015 a 8 de outubro de 2015.

O objetivo central, ao utilizar essa metodologia, é analisar o distanciamento dos dados do Decreto nº 6.096/2007, do Plano de Adesão à Política e das reivindicações docentes explicitadas nos boletins informativos. Assim, o presente estudo aponta os

---

<sup>1</sup> Burocratas nível de rua, para Lipsky (1969, 1980 *apud* ARAUJO FILHO, 2014, p. 45) são atores sociais que estão ligados diretamente à execução da implementação de políticas públicas.

motivos desencadeadores da greve relacionados à política educacional proposta pelo REUNI, bem como traz uma análise das interpretações acerca da política realizada pelos burocratas de nível de rua – evidenciados na figura do docente sindicalizado.

Tudo o que foi desenvolvido nesse trabalho de conclusão de curso encontra-se alicerçado na análise do ciclo de políticas públicas proposta por Ball e Bowe (1992 *apud* MAINARDES, 2006), que se referem a três perspectivas de uma política: a política proposta, a política de fato e a política em uso. Posteriormente, abordaremos os três contextos de uma política pública, também formulados por Ball e Bowe (1992 *apud* MAINARDES, 2006), que discorrem sobre o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática.

A escolha pela temática é resultado do interesse no estudo de políticas públicas de educação e pelo desejo de analisar a implementação de uma política a partir de uma parcela dos docentes implementadores – considerando que nem todos os professores são sindicalizados. A relevância do trabalho concentra-se na percepção de um novo olhar para a análise de implementação de políticas públicas de educação, já que observa a importância dos boletins informativos produzidos pela APUR, considerando assim as influências, interpretações, valores, interesses e as ações desses burocratas de nível de rua na concretização da política.

Além dessa Introdução, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz referência à fundamentação teórica utilizada em todo o trabalho, com foco no ensino superior brasileiro e as políticas públicas destinadas à evolução do ensino superior, trazendo uma abordagem de alguns modelos de análise de uma política pública e a questão do docente e do movimento sindical. O capítulo seguinte é denominado *A UFRB e o REUNI* e faz uma breve análise da história da UFRB e a sua inserção na perspectiva da expansão da Educação Superior no Brasil, bem como apresenta pontos da política de fato e a representação do contexto da produção de texto. O capítulo de *Método* explicita como se deu o desenvolvimento da pesquisa, seguido pelo capítulo referente à *Análise dos Achados*, que traz a análise realizada depois do tratamento de dados.

Por fim, realizamos uma síntese do que foi discutido nesse TCC acerca das políticas públicas destinadas ao ensino superior e considerações referentes ao docente sindicalizado e a APUR, indicando o distanciamento do REUNI de fato para o REUNI em uso na UFRB.

## II. O Reuni e o Ensino Superior no Brasil

Este capítulo, que fundamenta teoricamente o trabalho desenvolvido, está estruturado nas seguintes seções: Educação Superior no Brasil e Políticas Públicas de Educação Superior, REUNI, Modelos de Análise de Implementação de Políticas Públicas e Docentes, Movimento Sindical e REUNI e uma seção sobre a APUR na UFRB.

### 2.1. Educação Superior no Brasil e Políticas Públicas de Educação Superior

A educação é um dos direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988. Como direito de todo brasileiro, é instituída como competência comum da União e dos entes federados, que devem proporcionar meios de acesso e permanência. O art. 205, que se encontra no capítulo III destinado à Educação, Cultura e Desporto, expõe que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

A educação superior durante o fim da Era Vargas, especificamente em 1946, avançou timidamente através da via pública. São inauguradas então três universidades no país: a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade da Bahia e a Universidade de Recife (SANTOS e ALMEIDA, 1999 *apud* SANTOS, 2008). Na sequência, embora de maneira insuficiente, foram criadas outras universidades públicas no País até a década de 1960. Porém, durante a ditadura militar, o Brasil atravessou um período de crise institucional na educação superior, fato que tem origem nas seguintes motivações

[...] a de reduzir a autonomia da universidade até ao patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre do conhecimento crítico; e a de pôr a universidade ao serviço de projetos modernizadores, autoritários, abrindo ao setor privado a produção do bem público da universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários. (SANTOS e ALMEIDA, 2008, p. 17)

Assim, toda conquista conseguida anteriormente foi abafada pelo regime ditatorial



instaurado em 1964 pelos militares. Porém, com o avanço da democracia no enfrentamento à ditadura instaurada no regime militar, a censura intelectual destinada às universidades deu lugar a ideias cada vez mais voltadas ao capitalismo neoliberal, fato gerador da crescente privatização do ensino superior no Brasil, que, a longo prazo, gerou grave crise financeira para as universidades públicas.

Tratou-se de uma autonomia precária e até falsa: porque obrigou as universidades a procurar novas dependências bem mais onerosas que a dependência do Estado e porque a concessão de autonomia ficou sujeita a controles remotos estritamente calibrados pelos Ministérios das Finanças e da Educação. (SANTOS e ALMEIDA, 2008, p. 17)

Para Santos (2008) a crise institucional empreendida através da crise financeira desencadeou a perda da prioridade do ensino superior pela via pública através das políticas produzidas pelo Estado. O modelo de desenvolvimento econômico pautado pelo neoliberalismo provocou a escassez de políticas públicas no âmbito dos direitos sociais, principalmente no campo educacional. Santos (2008) ainda reforça que:

Os dois processos marcantes da década – o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São os dois pilares de um vasto projeto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional. (SANTOS e ALMEIDA, 2008, p. 20)

Almeida (2008) enfatiza que a crise econômica que se alastrou sobre a América Latina e a crise política causada pela mudança de regime deram base para as problemáticas encontradas nas instituições federais de ensino superior, argumentando que “foram anos de subfinanciamento, caos administrativo, crise de autoridade, desvalorização social, manifestos em longas, frequentes e frustrantes greves de estudantes, docentes e servidores.” (SANTOS e ALMEIDA, 2008, p. 138)

Toda omissão, já evidenciada através da precarização das universidades públicas, se intensifica nos anos 90, e se transforma em um instrumento do capitalismo. A educação superior tornou-se um comércio e, como tal, concretizava-se mediante pagamento, fato contraditório quando lembramos do direito ao acesso à educação. Santos (2008) afirma que a extinção da oferta, da gratuidade da educação superior e

a “substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos de transformação de cidadão em consumidores” (SANTOS, 2008, p. 27).

Para Borges e Aquino (2012), a governança estabelecida por Fernando Henrique Cardoso (FHC) traçou um paralelo entre a reforma realizada no Estado e a reforma realizada na educação superior, salientando a existência de um “forte processo de mercadorização das relações sociais, orientadas pelo ideário neoliberal sedimentado no país” (BORGES; AQUINO, 2012, p. 4).

Silva e Castro (2014) consideram que a organização política realizada no Brasil durante os dois mandatos eletivos de FHC – 1995 a 1998 e 1999 a 2002 – serviu de base para a criação do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e, conseqüentemente, para a instauração do Plano Diretor da Reforma do Estado. Afirmam que

[...] é nesse período que a reforma do Estado se coloca de maneira imperiosa, torna-se inadiável, segundo o discurso político, para a retomada do crescimento econômico e a melhoria do quadro social do país. Ganham espaço as teses de defesa do mercado, as proposições de Estado mínimo e a redefinição do papel do Estado, passando de executor para regulador das atuais políticas sociais. (SILVA; CASTRO, 2014, p. 4)

Nessa perspectiva é possível observar considerável elevação do número de investimentos em instituições de ensino privadas durante o Governo FHC e conseqüente aumento de vagas disponíveis.

Em um dos cadernos do ano de 2013 do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil - GEA, Ristoff (2013) aponta que

[...] o crescimento de universidades privadas no período de 1991 a 1996 foi de 60%, ou seja, 38% superior ao crescimento do número de universidade do setor público. No período de 1991 a 2011, as universidades privadas cresceram 123% contra apenas 71% das públicas. Por outro lado, ao desdobrar-se esse crescimento por década, vemos que o ritmo no período 2001-2011 é bem menor (4,7%) do que no anterior (1991-2001): 112,5%. (RISTOFF, 2013, p. 12)

Assuntos ensejando uma reforma no ensino superior marcavam mais presença nos debates políticos do que em projetos de lei e iniciativas concretas de estruturação do

sistema educacional. Entretanto, Almeida identifica que, nos anos de 1995 a 2000

[...] o MEC divulgou uma série de documentos oficiais elaborados por equipes técnicas internas, sem maior ampliação dos debates. Nesses textos, esboçava-se uma proposta de desregulamentação do setor privado e reestruturação da universidade pública, legislando sobre a autonomia universitária e a governança das instituições federais de ensino superior. (SANTOS e ALMEIDA, 2008, p. 140)

O Ministério da Educação (MEC) difundia ideias embasadas numa reforma que concedesse maior autonomia às universidades, com maior liberdade para a gestão de pessoas e maior defesa do “estímulo à captação de recursos complementares junto à iniciativa privada e outros organismos públicos” (SANTOS e ALMEIDA, 2008, p. 141). Contudo, apesar de esforços do Estado e do seu Ministério da Educação, calorosos debates acerca da ausência da qualidade e sucateamento da universidade pública fizeram parte do contexto de criação da política pública.

O governo FHC atuou sob a ótica de uma "modernização conservadora" (FERREIRA, 2012), modelo baseado em uma

[...] medida de ajustes estruturais e fiscais, bem como reformas orientadas para o mercado, visando à integração do Brasil à economia mundial, ao mesmo tempo em que se enfatizava o novo papel atribuído ao mercado para alocação dos recursos e se diminuía as funções do Estado como provedor dos serviços. (FERREIRA, 2012, p. 457)

Um das perspectivas mais acentuadas na educação durante o primeiro ano de mandato de FHC foi a importância dada ao viés econômico. Para Cunha (2003) a administração durante o Governo de FHC pautava-se em uma racionalidade maior “dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais.” (CUNHA, 2003, p. 39). Assim, acreditava-se que a transformação administrativa na educação superior somente geraria maior autonomia caso houvesse uma relação de interdependência entre avaliação de desempenho das instituições e repasse de verba destinada às mesmas.

É criado, então, em outubro de 1996, o Decreto nº 2.026, que estabelece os

procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. No art. 1º é possível identificar os procedimentos para avaliação

I – análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino; II – avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão; III – avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos; IV – avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento.

Ainda no mesmo ano, o MEC alçou esforços na criação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. A LDB passa, então, a ser o eixo norteador da educação pública e privada nos mais variados níveis, desde a educação básica ao ensino superior.

Em 1998, houve a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), destinado a alunos do terceiro ano do ensino médio. O objetivo para criação desse Exame era a inserção dos jovens tanto na lista de seleção de candidatos em Instituições do Ensino Superior (IES) quanto no aproveitamento para o mercado de trabalho, já que os empregadores poderiam “valorizar esse resultado como indicador do nível intelectual do jovem”. (CUNHA, 2003, p. 45)

Com a criação do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes –, de caráter obrigatório, atribui-se a obtenção do futuro diploma de educação superior à realização da prova, por meio da qual objetiva-se, principalmente, verificar o nível de desempenho dos estudantes com relação ao conteúdo programático visto ao longo do curso. A progressão da aplicação dos exames aos cursos se deu de forma gradual, priorizando inicialmente os cursos mais tradicionais, como Direito, Engenharia Civil e Administração. O ENADE é vinculado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sistema que foi regulamentado pela Lei nº 10.861, sancionada em 14 de abril de 2004, tendo como principal objetivo a avaliação dos cursos superiores de graduação e o desempenho dos seus estudantes.

Os sistemas avaliativos desenvolvidos no país, tanto para os limites educacionais quanto para os limites institucionais, deveriam promover, para Weber (2010), um processo de transformação nas IES bem como nos padrões de qualidade exigidos pelas IES.

Durante o período em que Fernando Henrique Cardoso esteve no poder, as orientações políticas na área de educação superior eram vistas "como um serviço público não estatal" (FERREIRA, 2012, p. 461). Foram reduzidas as verbas com as IES públicas e ampliados os acessos ao ensino superior pela via privada, bem como a ampliação do sistema de avaliação da educação superior no país. A Tabela I explicita a evolução alcançada pelas IES Públicas e Privadas no país durante os anos de 1995, 2003, 2007, 2010 e 2013.

**Tabela I**  
**Evolução das IES Públicas e Privadas no Brasil**

<b>Ano do Censo</b>	<b>IES Públicas</b>	<b>IES Privadas</b>
<b>1995</b>	<b>210</b>	<b>684</b>
<b>2003</b>	<b>207</b>	<b>1652</b>
<b>2007</b>	<b>249</b>	<b>2032</b>
<b>2010</b>	<b>278</b>	<b>2100</b>
<b>2013</b>	<b>301</b>	<b>2090</b>

Fonte: MEC/INEP/SEEC; Deaes/INEP/MEC.

Apesar da existência de um financiamento para custear despesas decorrentes de matrículas em IES privadas, FHC instituiu a Lei nº 10.260/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Apenas estudantes matriculados em cursos superiores que possuam avaliação positiva nos sistemas de avaliação propostos pelo MEC podem recorrer a este sistema de financiamento.

Dessa forma, o modelo de educação superior adotado nas IES durante o governo de FHC pode ser definido como "agências prestadoras de serviços, destinadas a obter resultados que demonstrem sua eficiência na produção, organização e

assessoramento empresarial..." (SILVA JUNIOR, CATANI e GILIOI, 2003, p. 11)

Ao assumir o governo, no ano de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contrariando o pensamento da maioria, optou por uma continuidade no modelo neoliberal. A "herança de FHC" (BOITO JR, 2003, p.1) fazia-se presente tanto na economia quanto nos moldes educacionais no primeiro governo do Lula (2003-2007). Porém, nos anos de 2004 e 2006, foi possível verificar um considerável aumento dos investimentos destinados às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES –, tal ocorrência forneceu suporte para realização de algumas reformas na estrutura do ensino superior disponibilizado na época. As reformas presentes no ensino superior, em sua grande maioria, foram construídas nos moldes de determinações de organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, entre outros.

Para Ferreira e Oliveira (2010)

As reformas da educação superior, em particular, seguiram, em geral, a agenda globalmente estruturada para esse nível de ensino.... As publicações dos organismos multilaterais (Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, dentre outros) desempenham importante papel na focalização de prioridades, diagnósticos e indicação de experiências bem-sucedidas para as possíveis resoluções dos problemas enfrentados pelos sistemas de educação superior dos países, sobretudo os periféricos. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 53)

Segundo dados do MEC, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e instituído em janeiro de 2005, apresenta como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em IES Privadas; em compensação, as instituições privadas teriam isenção nos impostos. O PROUNI seleciona os candidatos de acordo com a nota obtida no ENEM e é destinado a estudantes provenientes de escolas públicas ou bolsistas de escolas privadas, que possuam renda familiar de até três salários-mínimos. O PROUNI surge como uma solução para expansão das matrículas em instituições de ensino superior por estudantes das classes sociais mais baixas, e por ainda não haver meios de prover essas vagas por IES Públicas, o paliativo foi a expansão pela via privada.

Com o intuito de ampliar as ofertas das vagas disponíveis pelas IES Públicas se desenvolve, então, a criação do Decreto nº 6.096/2007, que implementa a política pública do REUNI, responsável pela reestruturação e expansão das Universidades Federais do país. Segundo o Decreto nº 6.096/2007, o REUNI é uma política cuja adesão se deu de forma facultativa e se concretizou mediante envio de proposta ao Ministério da Educação. Os objetivos principais concentravam-se na ampliação do acesso e permanência na educação superior, elevação do número das vagas, dando prioridade aos cursos noturnos, diminuição das evasões presentes nos cursos de graduação, ampliação da mobilidade estudantil, entre outros.

## **2.2. O REUNI**

Até o ano de 2001, a porcentagem existente da população de 18 a 24 anos no ensino superior no Brasil era de menos de 12%. Assim, um dos objetivos e metas expressos no Plano Nacional de Educação (PNE) – que determina diretrizes e objetivos a serem seguidos no âmbito educacional e possui vigência de 10 anos – era gerar o aumento dessa taxa para 30%, bem como a criação de “uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes as diferentes regiões do país” (UNESCO, 2001, p. 89)

O diagnóstico da Educação Superior realizado durante o PNE 2001-2010 constatou que

A manutenção das atividades típicas das universidades – ensino, pesquisa e extensão – que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público. (UNESCO, 2001, p. 78)

Segundo o Censo da Educação Superior do ano de 2005, o país possuía “176 universidades, das quais 90 eram públicas, sendo 52 do sistema federal, 33 estaduais e 5 municipais. O setor privado compreendia 1.934 instituições, dentre elas 86 universidades, com 3.260.967 matrículas de graduação.” (BRASIL, 2007, p. 6)

Embora a maior oferta de vagas na graduação ocorra hoje no setor privado de ensino superior, a expansão desse setor apresenta sinais de esgotamento,

principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o alto custo da educação superior. Desta forma, a ampliação das vagas na educação superior pública torna-se imperativa para o atendimento da grande demanda de acesso à educação superior. (BRASIL, 2007, p. 7)

Assim, o REUNI foi desenvolvido com o intuito de reestruturar a ampliação do ensino superior através de instituições públicas e, de acordo com suas diretrizes, o Programa é centrado na expansão das políticas públicas de inclusão e de assistência estudantil, gerando uma conseqüente ampliação dos direitos à educação destinados a jovens com menor poder aquisitivo. “Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades...” (BRASIL, 2007, p. 6). A partir dessa etapa começa o desencadeamento do processo de formação da *política proposta* e do *contexto de produção de texto* (BALL e BOWE, 1992 *apud* MAINARDES, 2006).

Segundo as *Diretrizes Gerais para a Reforma do Ensino Superior* – que será abordada ao longo desse trabalho como Diretrizes Gerais, o REUNI pretende levar ao ensino superior brasileiro

A qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o conseqüente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação ... (BRASIL, 2007, p. 5)

Silva (2015) sintetiza o REUNI da seguinte forma

O REUNI integra o conjunto de projetos educacionais que materializam o PDE, o “PAC da Educação”, lançado em abril de 2007. Nesse sentido, é um dos elementos utilizados na ampliação das vagas discentes no que tange ao acesso ao ensino superior, por meio da educação pública, para que o MEC alcance a meta de expansão de matrículas na educação superior estabelecida no PNE 2001-2010, aumentar o número de matrículas de jovens entre 18 e 24 anos para 30%. (SILVA, 2015, p. 149)

Dispõe o Decreto nº 6.096/2007 sobre o objetivo geral e a meta global

Art. 1º - [...] objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º – O programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por



cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

As diretrizes para formulação das propostas de cada universidade deveriam pautar-se nos seguintes pontos: flexibilização dos currículos dos cursos de graduação, na "oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias e apoio à aprendizagem" (BRASIL, 2007, p. 10) e na disponibilidade do acesso a instrumentos de democratização do ensino, garantindo uma universidade pública que abraçasse a sociedade. Essas diretrizes são subdivididas em seis dimensões que, de igual forma, deveriam se fazer presente nas propostas desenvolvidas pelas Universidades. São elas:

#### **Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública**

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; 2. Redução das taxas de evasão; 3. Ocupação de vagas ociosas.

#### **Reestruturação Acadêmico Curricular**

1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade; 2. Reorganização dos cursos de graduação; 3. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada; 4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; 5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

#### **Renovação Pedagógica da Educação Superior**

1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; 2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; 3. Previsão de programa de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

#### **Mobilidade Intra e Interinstitucional**

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

#### **Compromisso Social da Instituição**

1. Políticas de inclusão; 2. Programas de assistência estudantil; 3. Políticas de extensão universitária.

#### **Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação**

1. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão qualitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior. (BRASIL, 2007, p. 11-12)

Já nesse período é possível perceber grande avanço das IES públicas, como afirma Ristoff

De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa uma ampliação de 31%; e de 148 campi para 274 campi/unidades, com um crescimento de 85%. A interiorização das

universidades e dos campi também proporcionou uma elevação no número de municípios atendidos: de 114 para 272, com um crescimento de 138%. (RISTOFF, 2013, p. 5)

A adesão ao REUNI era de caráter voluntário, mas, segundo dados obtidos no *Relatório de Primeiro Ano – REUNI 2008*, 53 das 54 universidades existentes do país aderiram à política pública citada. O explícito atrativo a essas instituições de ensino foi a ampliação do orçamento disponível. Assim, como exposto no art. 6 do Decreto, “a proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, ...” (BRASIL, 2007, p. 20 e 21). Somente nos anos de 2008 a 2011, o orçamento previsto era da ordem de 2 bilhões de reais e, se porventura alguma universidade não se tornasse integrante do Programa, os recursos orçamentários seriam destinados a alguma universidade participante. A Tabela II explicita os recursos orçamentários destinados ao REUNI durante os anos de 2005 a 2012.

**Tabela II**  
**Recursos Orçamentários do Programa de Expansão (2005-2012)**

Ano	Custeio	Investimento	Total
2005	2.640.396	64.840.709	67.481.106
2006	52.279.785	331.778.298	384.058.083
2007	73.154.311	366.877.394	440.031.705
2008	177.551.293	759.881.047	937.432.341
2009	332.843.609	1.283.763.854	1.616.607.463
2010	535.092.380	1.120.613.309	1.745.705.690
2011	890.924.058	1.922.229.625	2.813.153.683
2012	1.041.007.761	950.818.403	1.991.826.164
<b>Total Geral</b>	<b>3.105.493.594</b>	<b>6.890.802.640</b>	<b>9.996.296.234</b>

Fonte: MEC/Sesu *apud* Ristoff, 2013, p. 7.

Segundo as Diretrizes Gerais do REUNI, o processo de acompanhamento das propostas enviadas pelas universidades foi feito através da Plataforma PingIFES, com o objetivo de filtrar informações referentes à vida acadêmica das IES Públicas.

Seus dados eram utilizados

[...] na distribuição dos recursos orçamentários das IFES, a partir de critérios acordados com os órgãos de representação das universidades. Com o horizonte fixado pelas metas relativas à abertura de novas vagas, às taxas de conclusão dos cursos e ao aumento gradativo da relação entre o número de alunos e professor estabelecidas nos projetos de cada universidade aderente... (MEC, 2007, p. 19)

Porém, apesar do REUNI ser um programa que viria a expandir as IES Públicas, o processo de implementação deu-se de forma conturbada, enfrentando grande entrave com a comunidade docente, dos servidores técnico-administrativos e dos discentes.

[...] A aprovação do projeto nas IFES se deu a partir de uma série de manobras, confusões, uso indiscriminado de autoritarismo e do aparato policialesco, além da participação das entidades de sustentação do governo federal como a CUT e a UNE. Essa marca autoritária do REUNI se confunde com a sua própria existência, tendo em vista que o mesmo é fruto de um Decreto Presidencial imposto de maneira verticalizada. (SILVA, 2015, p. 153)

Léda e Mancebo (2009) expõem em sua obra que as metas estabelecidas pelo REUNI desencadeariam a perda da qualidade do ensino e a precarização do trabalho docente. Quanto à tríade que dá base às universidades - pesquisa, ensino e extensão - as autoras revelam que

[...] a palavra "pesquisa" não aparece uma só vez no Decreto que determina o REUNI... Nas "Diretrizes" ocorre uma única menção à palavra extensão ao se referir às "Políticas de extensão universitária", como uma dimensão do compromisso social da instituição... Em síntese, o processo de reforma em curso para as IFES implica, por um lado, regredir ou, no mínimo, congelar, o nível científico e técnico da universidade (pública) brasileira, sucateando-a e precarizando-a, .... (LÉDA, MANCEBO, 2009, p. 55)

Para essas autoras – Leda e Mancebo (2009) –, a lógica da expansão contida nos documentos oficiais da política era, sem dúvida, a expansão relativa ao ensino e ao acesso dos jovens ao nível superior, seguindo a lógica do Banco Mundial e toda a sua perspectiva de boa governança e de medidas que deveriam ser tomadas em áreas estratégicas – como a educação. Assim, a política foi desenhada de forma verticalizada, sem considerar a influência e as interpretações que poderiam (e que foram) ser realizadas pelos agentes implementadores.

A seguir serão descritos os processos integrantes de um ciclo de uma política pública

salientando o ponto em que se desenvolve a implementação, os contextos de uma política e as três facetas de uma política.

### **2.3. Modelos de Análise de Implementação de Políticas Públicas**

A partir da perspectiva do artigo “Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais” (MAINARDES, 2012), que trata da análise de políticas públicas – *policy analysis* –, podemos perceber o seu desmembramento em três perspectivas: *polity* – instituições políticas, *politics* – métodos políticos e *policy* – o que se refere à política. Frey (2000, p. 216) identifica que a *polity* diz respeito ao âmbito político, "delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo"; as *politics* priorizariam o processo político e todo o conflito que o permeia, assim como os conteúdos e as decisões; enquanto que a *policy* diz respeito à estrutura dos programas políticos, a problemas de ordem estrutural e as significâncias das decisões políticas.

Para Rose (1973 *apud* RUA; ROMANINI 2013, p.4) o desenvolvimento de uma política pública – *policy making process* –, é pontuado pelas seguintes etapas: "o reconhecimento público das necessidades existentes; a inserção dos temas na agenda e a progressão das demandas; o envolvimento do governo no processo e a tomada de decisões; a implementação; a avaliação da política e o feedback."

Aplicando estes conceitos ao REUNI, durante o processo de formulação do discurso que envolveu a formulação da política, ficou bastante explícita a necessidade de uma expansão universitária realizada a partir da esfera das instituições públicas, já que antes a prioridade ainda se concentrava nas IES privadas.

A identificação do problema consiste numa situação incômoda para atores relevantes ou sociedade civil, seja ele momentâneo – causado por uma tragédia natural – ou um problema estrutural, como, por exemplo, o declínio do nível escolar na educação básica. Para Secchi (2012), um problema de pública relevância é a relação não-harmônica entre o *status quo* e a situação que se busca alcançar, ou seja, “um

problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2012, p. 34). O *status quo* existente antes da implementação do REUNI era representado pela carência de universidades públicas e grande oferta de vagas e cursos disponibilizados por instituições privadas, determinada situação somente evidenciava o caráter elitista da Educação Superior, visto que quem não dispusesse de recursos necessários para arcar com a educação dificilmente teria acesso a esse direito.

Souza (2006, p. 2) afirma que todo integrante do processo ou todo processo, propriamente dito, exercem influência de incentivo ou de suspensão à política pública. Ainda segundo Souza (2006, p. 10), a definição de uma problemática pela agenda governamental pode-se subdividir em três tipologias: identificação de um problema de pública relevância; utilização da política através do processo eleitoral e de grupos de interesses; política pública que focaliza os diferentes *stakeholders* e os utiliza não só na definição da agenda como também das alternativas.

A formulação de alternativas consiste na alocação de esforços para buscar possíveis soluções para o problema. É nessa fase em que são construídos métodos que viabilizem o alcance dos resultados almejados, aqueles resultados que foram delimitados no desenho da política pública.

A fase da tomada de decisões é a adaptação do que foi proposto na formulação das alternativas de acordo com o tipo de usuário da política, da visão dos atores envolvidos, e do contexto de implementação da política. Secchi (2012) aponta três perspectivas para entender o momento transitório entre a formulação de alternativas e a tomada de decisões: a primeira seria a importância da aplicação do que foi desenvolvido nas alternativas, "toma-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então busca-se escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade..." (SECCHI, 2012, p. 40); a segunda perspectiva seria o ajuste dos "problemas às soluções, e as soluções aos problemas: o nascimento do problema, o estabelecimento de objetivos e a busca de soluções são eventos simultâneos..." (SECCHI, 2012, p. 40); a terceira perspectiva é quando já se

possui a solução para algo, mas ainda não tem o problema propriamente dito.

A implementação de uma política pública é a fase na qual são concretizados todos os argumentos que foram formulados, planejados e desejados. A implementação pode ser caracterizada pelo modelo *top-down* – de cima para baixo – ou *bottom-up* – de baixo para cima. São descritos como

O modelo top-down de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos.

O modelo bottom-up é caracterizado pela maior liberdade de burocratas e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas [...]. Os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação... (SECCHI, 2012, p. 47)

A avaliação é a etapa responsável por analisar e julgar sobre os sucessos ou fracassos resultantes da etapa de implementação. Secchi (2012) analisa a avaliação como sendo

[...] a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes. (SECCHI, 2012, p. 49)

Segundo Lima e D'Ascenzi (2013, p. 105) a implementação pode ser vista “como um processo de apropriação de uma ideia que, nesse sentido, é consequência da interação entre a intenção (expressa no plano) e os elementos dos contextos locais de ação”. Assim, a política sempre é influenciada pela interpretação feita pelos atores sociais envolvidos na implementação. Neste trabalho de conclusão de curso, os atores sociais foco da investigação são os docentes sindicalizados e sua representação, a APUR.

Lima e D'Ascenzi (2013) ainda afirmam que a norma e tudo que a estrutura, inclusive as políticas públicas, não serão aceitos desacompanhados de uma visão crítica sobre o assunto. Expõem que é justamente o oposto, que as “burocracias implementadoras e as instâncias do governo” serão adaptadas ao contexto encontrado. “Os objetivos definidos, os atores envolvidos e seus papéis, o fluxo de alocação de recursos, todos

são elementos que criam expectativas, geram interpretações e dinâmicas diversas de reação. ” (LIMA; D'ASCENZI, 2013, p. 106). Afirmam ainda que as especificidades encontradas desempenham papel relevante para a compreensão da implementação, e que os planos devem ser adaptados às “instâncias implementadoras”.

Por fim, concluem que

[...] a trajetória e a conformação do processo de implementação são influenciadas pelas características e o conteúdo do plano, pelas estruturas e dinâmicas dos espaços organizacionais e pelas ideias, valores e as concepções de mundo dos atores implementadores. Isso pressupõe o seguinte: esses atores exercem sua discricionariedade, com base em sistemas de ideias específicos; as normas organizacionais formais e informais constroem e incentivam determinados comportamentos; por último, o plano é um ponto de partida que será interpretado e adaptado às circunstâncias locais. (LIMA; D'ASCENZI, 2013, p.9)

#### **2.4. As Faces de uma Política Pública**

Ball e Bowe (1992 *apud* MAINARDES, 2006), a priori, expõem três faces de uma política pública: a política proposta, a política de fato e a política em uso. A política proposta é a política oficial e toda intencionalidade de uma política pública; a política de fato é a junção dos “textos políticos e textos legislativos” que compõem e fornecem alicerce para a implementação; a política em uso refere-se “aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática. ” (MAINARDES, 2006, p.49)

Ball e Bowe afirmam que o olhar e a influência dos profissionais envolvidos na área da educação dificilmente são considerados no processo de implementação de uma política. Ainda apontam que

[...] o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistências, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. (BALL; BOWE *apud* MAINARDES, 2006, p, 50)

Assim, propõem mais um ciclo contínuo de análise de políticas, embasados em três

contextos principais: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. O contexto da influência é o lócus onde dão início as políticas e onde os discursos políticos são formulados. Para Mainardes (2006) é nesse contexto no qual acontecem a formação e a legitimação do discurso de base para a política. O contexto da produção do texto pode ser representado através de: "textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc." (MAINARDES, 2006). Já o contexto da prática é onde a política estaria vulnerável à interpretação dos atores sociais, podendo sofrer recriações e mudanças que podem até chegar a alterar a política original. Alinham-se, dessa forma, ao contexto da prática os Boletins Informativos da APUR que se tornam a representação da leitura feita pelos docentes implementadores acerca do REUNI.

Os profissionais que atuam no contexto da prática (escolas, por exemplo) não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos(...). Além disso, a interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (Bowe et al., 1992, *apud* MAINARDES, 2006, p.53)

Os docentes da UFRB, e especificamente os docentes sindicalizados à APUR, são a representação de uma parcela dos implementadores – consideramos aqui os servidores técnicos-administrativos e também os docentes como agentes implementadores – do REUNI na UFRB, eles são os burocratas de nível de rua (Lipsky, 1969, 1980 *apud* ARAUJO FILHO, 2014), e como tal, implementam a política que foi desenhada pelas arenas governamentais na fase de formulação.

## **2.5. Docentes, movimento sindical e o REUNI**

Não foram poucas as manifestações contrárias ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais por parte dos docentes e de sindicatos que representam muitos desses profissionais. Dentre os aspectos principais das causas das divergências, o ápice se deu ao fato da Política ter sido implementada a partir da abordagem *top-down* desconsiderando, assim, seus agentes implementadores.



Outro fator bastante debatido foi a dotação orçamentária destinada ao período de cinco anos de implementação do REUNI – tendo início no ano de 2007 e o seu final em 2011<sup>2</sup>. O montante se intensificaria nos primeiros anos, porém, conseqüentemente, com a redução do orçamento, a expansão somente desencadearia maior precarização da universidade, do ensino e do trabalho docente.

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) seguiu dando continuação aos programas desenvolvidos no governo do seu antecessor e reafirmou a criação de uma nova etapa para o REUNI (FERREIRA, 2012, p. 463). Com o objetivo principal de expandir e interiorizar a rede de institutos e universidades federais, a nova fase do REUNI teve como meta a criação de 208 institutos federais – atendendo, assim, 191 novos municípios –, 47 novos *campi* e 4 universidades – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal da Região do Cariri, Universidade Federal do Oeste da Bahia e Universidade Federal do Sul da Bahia. (BRASIL, 2011)

Porém, mesmo com todo o retorno positivo referente a uma das dimensões mais quantitativas mencionadas no Decreto nº 6.096/2007 e no Documento das Diretrizes Gerais (BRASIL, 2007) – Ampliação da oferta de Educação Superior Pública –, com relação às outras dimensões constituintes – Reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica da educação superior, mobilidade intra e interinstitucional, compromisso social da instituição, suporte de pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos cursos de graduação – o retorno não foi tão perceptível.

O fato da pesquisa e extensão terem sido deixadas de lado no texto do Decreto nº 6.096/2007 tornou-se motivo de duras críticas durante a criação do REUNI. O definhamento da pesquisa e da extensão nas universidades públicas foram abordadas por Léda e Mancebo (2009) e pelo ANDES-SN (2007), que traz entre os seus documentos as expressões de "desmonte da universidade" e do "processo de destruição da pesquisa e extensão".

---

<sup>2</sup> O período de implementação do REUNI na UFRB foi entre os anos de 2008 a 2011.

Outro fator também crucial para o embasamento das críticas destinadas ao REUNI por parte dos docentes deve-se a um dos pontos da meta global, que institui uma relação de dezoito alunos por professor na graduação, o que aumentaria consideravelmente a carga de trabalho dos docentes. As principais críticas centram-se no fato do governo desconsiderar que o docente federal não só ministra aulas, como também orienta discentes da graduação e pós-graduação, desenvolve projetos de pesquisa, produz artigos e pode ainda desenvolver atividades administrativas dentro da universidade.

Em março de 2007 o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES - divulgou um documento intitulado "Universidade Nova - a face oculta da contra-reforma universitária". O texto foi embasado em críticas e discordâncias acerca do índice estipulado de alunos por professor, do baixo financiamento perante as metas de expansão que viriam a ser implementadas caso o Decreto fosse aprovado, da interferência na autonomia das IFES, na redução da qualidade do ensino, na precarização do trabalho docente, entre outros.

[...] a meta proposta praticamente dobra o número de estudantes na graduação presencial sem que haja contratação adicional de professores. Caso concretizada, tal meta aprofundará ainda mais a precarização das condições de trabalho e de ensino, seja pelo aumento de estudantes nas turmas seja por meio da criação de cursos novos, sem as mínimas condições de financiamento... A meta proposta desvincula ensino, pesquisa e extensão, o que é incompatível com os princípios basilares da universidade e a qualidade requerida para a formação discente. (ANDES, 2007, p. 1)

Outros dois documentos do ANDES foram produzidos após a concretização da aprovação do Decreto nº 6.096/2007: *As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior*, datado de agosto de 2007, e o *PDE - O plano de desestruturação da educação superior*, de outubro de 2007. Ambos trazem de uma forma geral como o Governo, por meio de pesquisas e dados estatísticos, maquiou os índices do Ensino Superior, já que o Estado abordou, quase que exclusivamente, o lado quantitativo e desconsiderou algumas variáveis<sup>3</sup>, dando assim um alicerce para a construção do Decreto de criação do REUNI.

---

<sup>3</sup> A exemplo dos dados apresentados pelo Governo para representar o percentual de evasão, porém

O PDE- *O plano de desestruturação da educação superior* traz no corpo das suas páginas iniciais as seguintes afirmações

O governo, em sua ânsia de maquiar as estatísticas de acesso ao ensino universitário para criar a ilusão de que efetivou avanços na área da educação, executa sua reforma de maneira autoritária, por meio de decretos e portarias sem discuti-la com a sociedade.

Apesar do discurso de respeito à autonomia universitária, os decretos pressionam os dirigentes universitários a aderirem às suas regras com a promessa de aumento de verbas. As drásticas alterações previstas pelos decretos e portarias interministeriais, no entanto, nem sequer podem ser discutidas satisfatoriamente pela comunidade universitária devido aos prazos exíguos estipulados pelo MEC. (ANDES-SN, 2007, p. 8)

O Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior na Bahia – APUB – expressou, através de uma audiência pública realizada em maio de 2013, a opinião de docentes, discentes e técnicos administrativos acerca das experiências alcançadas durante os anos de implementação do REUNI. Dentre os principais pontos a serem melhorados da Política, destacavam-se a estrutura física e condições de aprendizagem deficitárias, condições de trabalho docente, déficit de profissionais e técnicos administrativos e a superlotação das salas de aulas.

Com a criação da UFRB, o quadro de docentes já existente elevou-se de forma considerável. O fato causou um movimento em torno de uma associação própria, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) – já que antes os mesmos só podiam filiar-se à APUB. Assim, em março de 2010, a Diretoria da APUR conseguiu registrar a sua criação no cartório da cidade de Cruz das Almas. Porém, a Associação somente foi homologada durante o 55º CONAD - Conselho Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

A panorâmica de fatos relatados enfatiza uma pequena parte das muitas problemáticas e discussões referentes ao Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, projeto que culminou na estruturação e busca por consolidação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

---

em nenhum momento foram consideradas as transferências internas ou externas e/ou a conclusão do mesmo curso a partir de um novo processo seletivo.



### III. A UFRB e o REUNI

Entre a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia (1942) e a Escola Agrônômica da Bahia (1946) – que passou a integrar a Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1967 –, o interior do Estado da Bahia levou 63 anos até, finalmente, ter a criação da sua primeira Universidade reconhecidamente pertencente ao Recôncavo. Nasce então, em 2005, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O plano da nova universidade começa a surgir, delineado em uma ação política e acadêmica visionária, encampada por um grupo de pessoas liderado pelo Reitor da UFBA, professor Naomar Monteiro, e pelo então diretor da AGRUFBA, professor Paulo Gabriel Nacif... Assim, em 14 de maio de 2003, quando da posse do Diretor da Escola de Agronomia, Paulo Nacif, em reunião do Conselho Universitário realizada em Cruz das Almas, foi proposta a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia. (UFRB, 2010, p. 55,56)

A ideia de criação da futura UFRB ultrapassou os muros da então Escola de Agronomia e chegou até à sociedade do Recôncavo. Foram realizadas mais de 50 reuniões e audiências (UFRB, 2010, p. 56), contando não só com a presença dos prefeitos das cidades circunvizinhas, mas também de movimentos da sociedade civil organizada.

Todo o movimento em torno de um ideal foi fundamental, já que a proposta da UFRB concorria com diversos projetos de novas universidades pelo Brasil. Um momento decisivo foi a reunião da Comissão de Educação da Câmara Federal, realizada aqui, na então Escola de Agronomia, em 17 de outubro de 2003. (UFRB, 2010, p. 56)

Em dezembro de 2005 é enviada ao Congresso uma lei desenvolvida pelo então Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, para a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A mesma foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 6 de julho de 2005, sendo aprovada pelo Senado em 12 de julho do mesmo ano. A promulgação da Lei nº 11.151 é realizada em 29 de julho de 2005 e institui a criação da primeira universidade federal do interior do estado da Bahia, a UFRB. Assim, a antiga Escola de Agronomia pertencente à UFBA, com sede em Cruz das Almas, tornou-se independente.

No primeiro ano de existência, a UFRB contou com o apoio da UFBA desde a parte

administrativa, acadêmica, bem como no seu primeiro processo seletivo para entrada de novos alunos e contratação de docentes. A estrutura da universidade deu-se de forma multicampi, inicialmente nas cidades de Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa e Santo Antônio de Jesus, sendo responsáveis pelos seguintes centros, respectivamente: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas; Centro de Artes, Humanidades e Letras; Centro de Formação de Professores; Centro de Ciências da Saúde.

A UFRB iniciou suas atividades ofertando 620 vagas para o vestibular de 2007. A partir desta oferta a Universidade emvidou esforços em vários âmbitos, ampliando consideravelmente para 1.420 as vagas nos cursos de graduação em 2008, correspondendo a um acréscimo percentual de 130%. Essa ampliação deveu-se tanto ao acréscimo de vagas existentes, como na criação de cursos novos e no turno noturno, em diversas áreas tais como: Serviço Social, Medicina Veterinária, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Matemática, História, Física, Pedagogia, Cinema e Audiovisual e Filosofia. (UFRB, 2007, p. 3)

Dois anos depois da criação da UFRB foi publicado o Decreto nº 6096/2007, responsável pela REUNI, possuindo como pilar a expansão das universidades federais do país.

A adesão ao REUNI pela UFRB gerou bastante expectativas – nem todas concretizadas – principalmente no que concerne a uma concretização da expansão de uma universidade tão nova, escopo financeiro proveniente do Programa que viria a desenvolver as estruturas físicas e de recursos humanos da Universidade, bem como o alicerce da expansão universitária e da permanência estudantil na Universidade. Porém, é de amplo conhecimento que, ao longo dessa trajetória, nem tudo ocorreu como descrito no documento do Plano de Adesão que assumiria o compromisso de vincular a UFRB ao recém-criado REUNI.

Plano de Adesão este que vinculou a UFRB durante cinco anos (2008 – 2012) aos moldes da reforma universitária empreendida pelo MEC. Tal elo renderia à Universidade um acréscimo de 20% ao seu orçamento de custeio e pessoal (BRASIL, 2007, p.13).

### 3.1. O projeto de adesão ao REUNI

A UFRB vivenciou uma fase atípica durante o período de implementação do REUNI. Enquanto muitas universidades esperavam a verba oriunda da Política para realizar as suas expansões, a UFRB contava com ela para lhe dar maior estruturação, já que era (ainda é) uma universidade muito nova no âmbito federal, e contribuir para a consecução dos seus objetivos, como pode ser observado no parágrafo a seguir

[...] o Reuni auxiliará a Instituição a planejar uma expansão qualificada, a garantir melhor qualidade do seu ensino e a qualificação pedagógica dos seus docentes, a investir em infraestrutura e pessoal, melhorando as condições financeiras e estruturais capazes de viabilizar o ideário e a missão institucional. Por se tratar de uma Universidade recém criada, a UFRB participa do Reuni numa dimensão diferenciada das demais IFES: não se trata de um processo de reestruturação, mas de estruturação fundada em critérios mais racionais, maximizando a utilização da capacidade técnica e científica... (UFRB, 2007, p.6)

Além disso, a UFRB também vivia

[...] a fase de compromissos de crescimento pactuados com o Ministério da Educação. Esta fase que se encerrará em 2009 é decisiva para o estabelecimento das metas do REUNI. Conforme pactuado com o MEC em reunião no dia 11 de setembro de 2007, em Brasília, após a implementação a UFRB terá 8.304 matrículas, 1.850 vagas para ingresso no processo seletivo, 519 professores e 233 servidores técnicos-administrativos... (UFRB, 2007, p. 5)

A Universidade pautou, como seu objetivo geral, "melhorar as condições de ensino de graduação com qualificação na oferta de cursos visando à redução da evasão e o aumento da taxa de sucesso" (UFRB, 2007, p.6). Entre os objetivos específicos estavam

- a) ampliar o número de docentes para atender as crescentes demandas regionais por cursos e vagas;
- b) elevar o número de servidores técnico-administrativos em patamares compatíveis com as necessidades atuais e futuras;
- c) elaborar o plano diretor da Instituição assegurando uma utilização racional do seu espaço físico;
- d) garantir equipamentos nos diversos *campi* da UFRB, auxiliando no processo de acesso e permanência dos seus discentes;
- e) equipar os laboratórios didáticos atendendo demandas dos cursos novos;
- f) ampliar a oferta de cursos com padrões diferenciados dos oferecidos atualmente;

- g) viabilizar os suportes físicos e financeiros capazes de sustentar uma forte política de ações afirmativas e assistência estudantil;
- h) fortalecer o núcleo de assistência pedagógica para garantir ao aluno a oportunidade do estudo de uma língua, informática e monitoria individualizada nas disciplinas onde ocorrem os maiores índices de reprovação;
- i) criar e equipar um núcleo de educação à distância, com sala de vídeo-conferência, permitindo que o processo de formação pedagógica dos docentes em metodologias alternativas seja efetivo, e que 10% das atividades dos cursos presenciais possam ser realizadas à distância, minimizando os problemas de uma Universidade multicampi;
- j) implementar o Programa de Apoio a Projetos de Ensino Inovadores na graduação e pós-graduação, principalmente, aqueles que estabeleçam a interface com a pós-graduação e extensão e vice-versa;
- n) ampliar o acervo das bibliotecas;
- k) reestruturar a estratégia de funcionamento do restaurante universitário;
- l) criar o núcleo de integração universidade-educação básica com sede no campus de Amargosa;
- m) criar bolsas de estudos para os Mestrados emergentes;
- n) instituir a bolsa de docência para os alunos da pós-graduação atuarem na graduação da UFRB;
- o) instituir a bolsa extensão para os alunos de graduação que atuarem nas áreas de conhecimento que reafirmam a identidade da UFRB: cultura, meio ambiente e desenvolvimento regional;
- p) implantar cursos preparatórios para o processo seletivo da UFRB como forma de suprir as carências dos alunos da educação básica;
- q) instituir bolsas para alunos participantes do programa de mobilidade interinstitucional;
- r) estimular a participação de professores da educação básica nos projetos de pesquisa educacional, na forma de pesquisador integrado na escola, permitindo que o “prático” se torne co-parceiro dos pesquisadores e lhes ofereçam uma visão mais real da escola de educação básica. (UFRB, 2007, p. 7)

Os objetivos estipulados acima, se fossem cumpridos na sua totalidade, assegurariam condições à Universidade de proporcionar um ensino de qualidade aos seus discentes, uma melhor estrutura para desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos e administrativos e uma melhor condição de trabalho aos docentes, técnicos administrativos e terceirizados. Porém, veremos mais adiante que esses objetivos, em grande parte, não foram realizados – ou tiveram que ser paralisados (parcialmente ou em sua totalidade) por falta de investimentos – e os mesmos acabaram virando pauta de reivindicações da comunidade acadêmica de uma forma geral.

Desejava-se alcançar, com o acréscimo de vagas de ingresso, o aumento das matrículas de 1.619 para 10.970 até 2011<sup>4</sup> na modalidade de graduação. O objetivo

---

<sup>4</sup> Segundo o Relatório de Gestão do exercício de 2011, durante esse ano foi registrado um total de 5.955 matrículas (UFRB, 2011, p. 69)



se concretizaria com a criação de 17 novos cursos e, desse total, com a oferta de nove deles no noturno – Licenciatura em Química, Tecnólogo em Desenvolvimento Territorial, Educador Social, Bacharelado em Turismo, Licenciatura em Letras/Libras, Tecnólogo em Gestão e Planejamento Ambiental, Bacharelado em Física, Bacharelado em Matemática e Engenharia de Computação. Entre os novos cursos estavam: Farmácia, Tecnólogo em Análises Agrícolas e Ambientais, Tecnólogo em Agroecologia, Tecnólogo em Agroindústria, Tecnólogo em Desenvolvimento Territorial, Licenciatura em Química, Educador Social, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva, Bacharelado em Economia, Bacharelado em Turismo, Licenciatura em Letras/Libras, Tecnólogo em Geomática e Tecnólogo em Gestão e Planejamento Ambiental, Engenharia da Computação, Engenharia de Energia, Bacharelado em Matemática e Bacharelado em Física. Além de ampliar o número de vagas oferecidas de 40 vagas para 45 de todos os cursos já existentes na Universidade. (UFRB, 2007, p.8)

Uma das principais estratégias pautadas no plano de adesão para se alcançar a meta de implantação de novos cursos no noturno respondia pelo provimento das

[...] instalações acadêmicas existentes para o oferecimento dos cursos com ampliação de vagas e dos cursos novos, principalmente no que diz respeito a serviços técnico-administrativos, segurança, iluminação, acervo bibliográfico básico e o que for necessário para o pleno funcionamento dos cursos no turno noturno (UFRB, 2007, p. 11)

Para o indicador de "redução das taxas de evasão" tão cobrada pelo Decreto nº 6096/2007, a UFRB, que não tinha muita noção das suas reais taxas de evasão - considerando o ano de criação da mesma e os poucos cursos que oferecia no período - propôs no plano "desenvolver um projeto de acompanhamento dos alunos evadidos", "incrementar os mecanismos de assistência estudantil" e ofertar as disciplinas com alto índice de retenção todos os semestres.

As vagas ociosas seriam ocupadas pelos seguintes mecanismos

Transferência externa entendida como ingresso de alunos oriundos de outras IES submetidos a processo seletivo; Matrícula de graduados entendida como ingresso de alunos portadores de diploma de nível

superior com intenção de obter novo título; Reopção - entendida como possibilidade do aluno mudar de curso na mesma área após processo seletivo e Rematrícula - entendida como reingresso de aluno que abandonou a UFRB por falta de desempenho ou por outros motivos. (BRASIL, UFRB, 2007, p. 14)

O Plano de Adesão, desenvolvido pela UFRB, completa o ciclo da *política de fato* e do *contexto de produção de texto* (BALL e BOWE, 1992 *apud* MAINARDES, 2009), tendo em vista que o mesmo foi moldado a partir de direcionamentos dos textos oficiais da Política, fundamentando assim, a implementação do REUNI na Universidade.

#### IV. Método

O conteúdo apresentado nesse capítulo encontra-se intrinsecamente ligado a informações sobre a coleta de dados e como foi realizada tal tarefa, bem como a análise empreendida nas leituras dos 24 boletins informativos da APUR.

Para responder à questão sobre quais as relações observadas nas reivindicações dos docentes sindicalizados da APUR durante a greve de 2015.1 e o REUNI, foi adotada a análise documental como abordagem de pesquisa, complementada pela análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin (1977), na coleta e análise de dados – pré-análise, exploração dos boletins informativos, tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

A análise de conteúdo embasou o trabalho utilizando suas duas funções - função heurística e a função de administração da prova (BARDIN, 1977).

Na função heurística a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo "para ver o que dá". Função de administração da prova (são) hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo "para servir de prova". (BARDIN, 1977, p. 30)

Foi realizada análise documental e de conteúdo nos seguintes documentos: Decreto nº 6.096 de 2007, Diretrizes Gerais do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (BRASIL, 2007), Plano de Adesão desenvolvido pela UFRB. (UFRB, 2007), 24 Boletins Informativos da APUR (BI-APUR) – referentes ao período 09.04.2015 a 08.10.2015. O período escolhido diz respeito à greve da categoria docente no semestre letivo 2015.1, objeto da análise para este Trabalho de Conclusão de Curso.

A pesquisa foi iniciada em março de 2016, com a leitura e identificação dos documentos. A análise dos BI-APUR ocorreu nos meses de outubro de 2016 a janeiro de 2017.

## **Etapas de pesquisa**

A priori, foi realizada a construção da base teórica a partir da leitura e discussão de textos sobre políticas públicas, implementação de políticas, formulação e implementação do REUNI. Posteriormente, complementou-se a base teórica com artigos sobre visões e análises de pesquisadores e entidades de classe sobre o REUNI, bem como, a identificação dos documentos mencionados anteriormente em sites do MEC, INEP, Legislação Senado, UFRB, APUB e APUR.

Foi realizada também a leitura e análise dos documentos que fundamentam o REUNI e a construção de planilha de categorização inicial para o trabalho de análise de conteúdo. Após essa etapa, finalmente iniciou-se o processo de sistematização dos BI-APUR em uma planilha síntese (Apêndice 01), da qual constavam seis colunas: nº do BI, data de publicação, nº de páginas, relativo ou não a alguma assembleia, seções presentes em cada BI e seções analisadas no TCC.

Dessa forma, foram realizadas três leituras dos BI-APUR: a primeira leitura foi de caráter preliminar, a segunda leitura realizada concretizou a categorização das unidades de registro e unidades de contexto de algumas das seções dos BI-APUR, a terceira e última leitura realizada teve como objetivo a verificação tanto dos conteúdos selecionados como da frequência com que estes conteúdos apareciam.

Os registros dos BI-APUR foram transcritos literalmente e encaixados, quase que exclusivamente, nas dimensões e categorias construídas embasadas no Decreto nº 6.096/2007 e no Documento de Diretrizes Gerais. Somente uma dimensão não era prevista pelos documentos oficiais acima descritos: a mesma faz referência à carreira docente, questões salariais, carreira dos servidores técnicos-administrativos, autonomia universitária, defesa da educação pública e gratuita, orçamento geral do MEC e do Governo.

Após as etapas de leituras foi elaborada a planilha síntese das categorias e registros encontrados nos BI-APUR, assim como, a análise do número de registros por

categoria e a leitura das unidades de contexto presentes na planilha síntese para proposição de subcategorias para cada categoria.

Neste momento, as subcategorias foram propostas a partir das leituras (diferentemente das dimensões e categorias propostas a partir do Decreto). A codificação foi a partir de um sistema de cores, das unidades de registros para proposição de novas dimensões ou para reorganização das dimensões existentes. Por fim, foi elaborado a planilha síntese final, realizando assim a análise dos dados à luz da fundação teórica construída e a construção do texto do TCC.

### Estrutura de categorização

Para análise dos BI-APUR foram utilizadas 8 dimensões, propostas a priori a partir do Decreto 6.096/2007, e 1 dimensão mais geral, proposta a partir da literatura. Ao lado das 27 categorias<sup>5</sup>, foram registrados os números de menções nos BI-APUR.

N.	<i>Dimensões do REUNI</i>	<i>Categorias</i>	<i>Unidade de Registro</i>
1	Ampliação da Oferta da Educação Superior Pública	Aumento das vagas dos ingressos, especialmente no noturno	1 menção
		Redução das taxas de evasão	1 menção
		Ocupação de vagas ociosas	Não houve menção
2	Reestruturação Acadêmico Curricular	Revisão da estrutura acadêmica buscando elevar a qualidade	5 menções
		Reorganização dos cursos de graduação	Não houve menção
		Diversificação das modalidades de graduação	Não houve menção
		Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem itinerários formativos	Não houve menção
		Previsão de modelos de transição	Não houve menção
3	Renovação Pedagógica da Educação Superior	Articulação da ed. Superior com a básica, profissional e tecnológica	Não houve menção
		Atualização de metodologias de ensino-aprendizagem	Não houve menção
		Capacitação pedagógica	Não houve menção
4	Mobilidade Intra e Interinstitucional	Ampla mobilidade estudantil mediante aproveitamento de crédito e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre IES	Não houve menção
5	Compromisso Social da Instituição	Políticas de inclusão	Não houve menção
		Programas de assistência estudantil	9 menções

<sup>5</sup> Algumas menções, por apresentarem variados assuntos, foram divididas em subcategorias.

		Políticas de extensão universitária	8 menções
6	Suporte de Pós-Graduação ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos cursos de Graduação	Articulação entre PG e G	Não houve menção
		Expansão da PG orientada para a renovação pedagógica na G	4 menções
7	Recursos Diretamente Vinculados ao REUNI	Construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa	36 menções
		Compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos	2 menções
		Despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação	28 menções
8	Dimensões não previstas no Decreto nº 6.096/2007	Carreira docente	161 menções
		Questões salariais	129 menções
		Carreira dos servidores técnicos	37 menções
		Autonomia universitária	26 menções
		Defesa da Educação pública e gratuita	94 menções
		Orçamento geral do MEC e do Governo	272 menções
9	Menção direta ao REUNI	Menção direta ao REUNI como programa/ ação política	22 menções

O desenho de categorização incluiu as 9 Dimensões, as 27 categorias e as 67 subcategorias. A figura a seguir ilustra as Dimensões utilizadas.

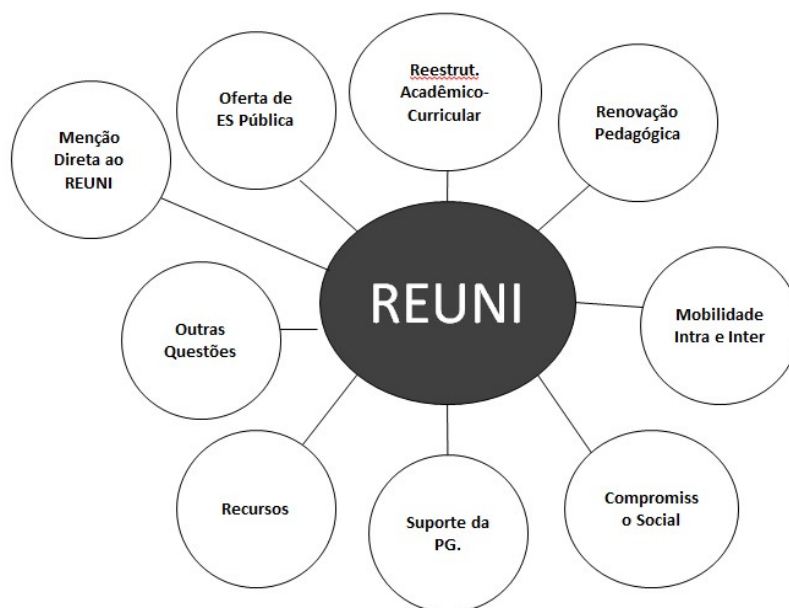


Figura 01: Representação das dimensões de análise utilizadas no Trabalho de Conclusão de Curso (elaboração própria)

## V. Análise dos achados

Nesse ponto, percebemos a existência de um nível de discricionariedade exercido pelos atores sociais envolvidos no processo de implementação do REUNI, a forma de trabalho, as reivindicações, as pautas de greve, todo o discurso presente através dos BI-APUR. O Boletim Informativo é um dos meios utilizado pelo Sindicato para dar publicidade aos seus atos e aos seus discursos à comunidade acadêmica, a composição das seções dos Boletins é basicamente dividida entre matérias opinativas – ao ilustrar a fala de algum docente ou discente em assembleia, por exemplo – e informativo – noticiando quando ocorreram as assembleias, matérias de pública relevância, homenagens, etc<sup>6</sup>. A totalidade desses fatores expressa a *política em uso* e o *contexto da prática* (BALL e BOWE, 1992 *apud* MAINADES, 2009).

Os discursos presentes durante o período de greve docente de 2015 embasaram-se, essencialmente, nos pontos que não foram abordados no Decreto nº 6.096/2007, dessa forma, apontamos aqui como motivos desencadeadores da greve a precarização da carreira docente e dos servidores técnicos-administrativos, questões salariais e assuntos concernentes à autonomia universitária, porém, o ponto mais debatido nos discursos dos docentes sindicalizados foi a defesa de uma educação pública de qualidade.

Dessa forma, constatamos a notória falta de simetria entre os conteúdos encontrados nos boletins informativos, no Decreto nº 6.096/2007 e no Documento de Diretrizes Gerais que, seguindo a mesma vertente do Decreto, condiciona a base do Programa nos mesmos objetivos.

O trecho a seguir traz uma fala bastante emblemática acerca da representação dos docentes sindicalizados contra a precarização do ensino superior público

O que nós estamos vendo é um ataque contra o serviço público, um ataque contra os programas sociais, um ataque contra a universidade pública. Por isso, a nossa proposta é intensificar a greve e reagir a esse

---

<sup>6</sup> As unidades de contextos utilizadas ao longo desse TCC foram identificadas em informativas (I) e opinativas (O) – estas encontram-se assinadas.

ataque do governo”. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 21) (O)

A seguir são apresentados e analisados os resultados obtidos organizados por Dimensão. Para ajudar a leitura, a Figura 01 foi reduzida e cada Dimensão tratada foi negritada.



### 5.1. Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública

Nessa primeira dimensão somente foram encontradas 2 unidades de registro, nelas eram abordados em suas categorias – *aumento das vagas dos ingressos, especialmente no noturno e a redução de taxas de evasão* – a falta de vagas e o alto índice presente na evasão de discentes.

Em relação ao oferecimento de novas vagas disponíveis, principalmente para cursos noturnos, a UFRB no seu Plano de Adesão estipulou como metas a serem alcançadas a criação de 09 novos cursos noturnos, divididos entre quatro dos cinco *campi* existentes até o ano de 2013 – CCAAB, CFP, CAHL e CETEC. São eles: Licenciatura em Química, Tecnólogo em Desenvolvimento Territorial, Educador Social, Bacharelado em Turismo, Licenciatura em Letras/Libras, Tecnólogo em Gestão e Planejamento Ambiental, Bacharelado em Física, Bacharelado em Matemática e Engenharia de Computação. (UFRB, 2007, p. 8). Entretanto, desta relação<sup>7</sup>, apenas os cursos de Licenciatura em Química, Licenciatura em Letras, Engenharia de Computação e Bacharelado em Matemática foram criados durante os anos de vigência de implementação do REUNI.



### 5.2. Reestruturação Acadêmico-Curricular

Na codificação da categoria *Revisão da estrutura acadêmica buscando elevar a qualidade*, foram registradas 3 novas subcategorias: carga horária docente; ensino,

<sup>7</sup> Não foram citados aqui os cursos noturnos que foram criados sem ter relação com o Plano de Adesão da UFRB.



pesquisa e extensão e currículos inadequados. Porém, o maior quantitativo das unidades de registros inclina-se à carga horária docente e à preocupação com o ensino, a pesquisa e a extensão. Os docentes lutam pela carga horária mínima de 8 horas e máxima de 12 horas em sala de aula, já que grande parte desses profissionais trabalha em regime de dedicação exclusiva, o que equivale a 40 horas semanais dedicadas à Universidade nas três atividades basilares de uma universidade pública.

[...] a luta pelo mínimo de 8 e máximo de 12 horas em sala de aula perpassa pela defesa da universidade pública que a categoria docente almeja, e isso deve ser dito claramente. Avançar nessa questão é também avançar na qualidade do tripé que sustenta a universidade – ensino, pesquisa e extensão. Na visão do CLG (Comando Local de Greve), sem atividades de pesquisa e extensão não tem como ter qualidade de ensino. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 20) (I)

Quanto à pesquisa, ensino e extensão, o ANDES-SN (2007) já demonstrava uma preocupação no maior direcionamento das universidades inclinado, quase que exclusivamente, ao ensino. Autores como Zanin et. al. (2012), Lopes (2011), Léda e Mancebo (2009), Balardin e Nishimura (2012) salientavam, em suas obras, a ameaça ao ensino, pesquisa e extensão apresentada pela proposta do REUNI.

Na dimensão Reestruturação Acadêmico Curricular, não foi encontrada nenhuma unidade de registro das categorias reorganização dos cursos de graduação, diversificação das modalidades de graduação, implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem itinerários informativos, ou previsão de modelos de transição.

Apesar de todas as menções apresentadas nessa dimensão serem correspondentes à categoria de *revisão da estrutura acadêmica buscando elevar a qualidade*, é inexistente a presença de metas, etapas, estratégias ou indicadores no Plano de Adesão. A justificativa presente no documento do Plano de Adesão é a de que a situação não se aplicava à UFRB, a qual foi concebida sob uma outra ótica – as demais universidades pautam-se na expansão, enquanto que a UFRB, por ser uma universidade recém-criada, utilizou do REUNI para sua estruturação.



### 5.3. Renovação Pedagógica da Educação Superior

Essa dimensão, bem como as suas categorias – articulação da educação superior com a básica, profissional e pedagógica, atualização de metodologias de ensino-aprendizagem e capacitação pedagógica – não foram citadas ao longo dos 24 BI-APUR.



### 5.4. Mobilidade Intra e Interinstitucional

A dimensão de *Mobilidade Intra e Interinstitucional*, categorizada a partir da *ampla mobilidade estudantil mediante aproveitamento de crédito e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre IES*, não foi citada nos boletins informativos analisados.



### 5.5. Compromisso Social da Instituição

*Compromisso social da Instituição* não apresentou nenhuma unidade de registro na categoria de políticas de inclusão. Em contrapartida, foram observadas 9 menções em *programas de assistência estudantil* e 8 menções em *políticas de extensão universitária*. A categoria *programas de assistência estudantil* teve sua subdivisão realizada da seguinte forma: cortes e redução de bolsas, assistência e permanência estudantil e creches – onde foi observada prevalência dos dois primeiros contextos.

[os representantes estudantis] Criticaram o fato de que muitos campi de universidades federais foram abertos sem quaisquer condições de permanência estudantil, e exigiram que só fossem abertos novos campi com moradia estudantil e restaurante universitário. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 22) (O)

A categoria *políticas de extensão universitária*, ainda na dimensão de *Compromisso social da Instituição*, obteve uma subcategorização correspondente à assuntos concernentes ao ensino, pesquisa e extensão, cortes, combate ao assédio moral, defesa e/ou situação precária de programas, inserção da população. Há equivalência nas evocações referentes ao ensino, pesquisa e extensão – cortes (2 menções cada) e combate ao assédio moral – inserção da população (1 menção cada). Prevaleram a defesa e exposição das situações de programas como o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que tiveram suas atividades ameaçadas de paralisação e suspensão em decorrência dos cortes de verbas destinados à UFRB.

Houve várias falas expondo duramente a realidade enfrentada na UFRB, como o trecho presente no Boletim Informativo nº 13, de 24 de julho de 2015 – “[...] a UFRB tem que ser uma universidade de fazer ensino, pesquisa e extensão, e não só um escolão” (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 13). Também podemos notar todo o esforço presente na criação do REUNI, esforço advindo principalmente através corpo acadêmico dessa Universidade.

Em apenas uma década, a UFRB conseguiu promover uma maior inserção da população jovem oriunda das camadas populares e a realização de diversos projetos de pesquisa e extensão com intensa participação de uma comunidade acadêmica qualificada, apesar das dificuldades nas condições de trabalho e de permanência. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 20) (O)



## **5.6. Suporte de Pós-Graduação ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Cursos de Graduação**

*Articulação entre a pós-graduação e a graduação e expansão da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica na graduação* tiveram 4 menções, sendo todas elas registradas na última categoria. Assim, a *expansão da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica na graduação* foi subdividida em privatização da pós-graduação e cortes, tendo a sua maior preocupação na primeira subdivisão. As falas temerosas centraram-se na PEC 395/14, responsável pelo fim da gratuidade

nos cursos de pós-graduação disponibilizados por instituições públicas.



## 5.7. Recursos Diretamente Vinculados ao REUNI

Essa dimensão possui as seguintes categorias: *construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa, compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos e despesa de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.*

Foram registradas 36 menções na categoria construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa, menções essas que foram divididas nas seguintes subcategorias: *CECULT e CETENS, restaurante universitário, obras inacabadas, infraestrutura, insuficiência de recursos e planejamento institucional.* Lideraram a pauta falas recorrentes ao CECULT e CETENS (13 menções), às obras inacabadas (11 menções) e a infraestrutura (8 menções).

Nas subcategorias *CECULT e CETENS e obras inacabadas*, nota-se a presença da preocupação com paralisação das obras em andamento, novos prazos para entrega dos novos centros e celeridade para entrega dessas obras. No quesito infraestrutura sobressaem a conclusão das obras iniciadas e melhor estrutura física.

Captamos recursos, coordenamos programas e até arriscamos extensão, mesmo sem laboratórios adequados, locais de convivência, restaurante universitário, dentre outras coisas. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 15) (O)

Em *Compras de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos* somente foram registradas 2 evocações atentando para as restrições orçamentárias na redução de diárias, passagens e na contratação de serviço de pessoa física.

Na categoria *Despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano reestruturação*, a subdivisão centrou-se nos seguintes pontos: restrição/cortes de verbas, redução de despesa, terceirizados e funcionalidade da UFRB. Foram identificadas 28 unidades de registro, sendo a sua maior concentração nos pontos referentes à terceirizados e redução de despesas – algumas unidades de contexto se encaixaram em duas subcategorias. Em decorrência do grande corte orçamentário ocorrido em 2015, a Universidade apresentou urgente demanda no corte de despesas como material de consumo, despesas correntes, despesas em contratos, entre outros. Foi incluído no corte de despesas um anúncio de redução de 25% dos contratos com os terceirizados, o fato só aumentou a preocupação em torno do número deficitário de pessoal terceirizado da Universidade, visto que essa categoria é essencial para o funcionamento da Instituição.



#### **5.8. Outras Dimensões Não-Previstas no Decreto nº 6.096/2007**

*Carreira docente, questões salariais, carreira dos servidores técnicos, autonomia universitária, defesa da educação pública e gratuita e orçamento geral do MEC e do Governo* foram as categorias estipuladas para discorrer sobre as *dimensões não previstas no Decreto nº 6.096/2007*.

A categoria correspondente à carreira docente foi mencionada 161 vezes ao longo dos 24 boletins informativos e possui sua subcategorização organizada da seguinte forma: *condições de trabalho, carga horária, negociação/reunião, defesa da carreira docente/pauta docente, calendário acadêmico, vagas para docentes e ensino, pesquisa e extensão*. As falas mais recorrentes apontam para a *defesa da carreira docente/pauta docente, condições de trabalho e carga horária*. É visível a luta por melhores condições de trabalho, a não precarização do trabalho docente, o mínimo de 8 horas em sala de aula, reestruturação da carreira docente, fato bastante pertinente quando se observa que o processo de criação do REUNI anulou a

legitimidade dos atores sociais que seriam responsáveis pela concretização da Política através da sua implementação.

Na visão da professora Denise Vieira, a precarização do trabalho é mais sintomática nas novas universidades, pois elas já nasceram precárias do ponto de vista das condições materiais, do ponto de vista da quantidade de professores e de uma série de variáveis. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 12) (O)

Quando falamos de precarização, reflexo da expansão das instituições, falamos na precarização nas condições de trabalho na carreira docente e isso reflete no desempenho das nossas atividades e na qualidade da oferta da educação. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 12) (O)

Defender o mínimo de 8 horas é defender uma perspectiva de universidade. É dizer que a universidade não é só aula, mas é também pesquisa e extensão. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 13) (O)

Léda e Mancebo (2009) já sinalizavam os problemas que poderiam ser desencadeados pelo REUNI, entre eles a falta de suporte financeiro necessário, o que poderia gerar (e gerou) declínio da qualidade do ensino oferecido, bem como a precarização do trabalho docente.

Silva e Castro (2014) explicam que a ampliação de vagas possibilitou a intensificação e precarização do trabalho docente. A precarização do trabalho docente é abordada, similarmente, por Lopes (2011), Balardin e Nishimura (2012) e pelos documentos do ANDES-SN (2007).

A categorização referente a *questões salariais* é manifestada 129 vezes ao longo de todo o conteúdo pesquisado e apresenta subcategorias referentes à *campanha salarial, greve não só por salário, desvalorização salarial, reestruturação da carreira, valorização salarial de ativos e aposentados, cortes orçamentários, reajuste/aumento salarial, abono permanência e regime de previdência/aposentadoria*. As maiores ocorrências foram nas subcategorias de *reajuste/aumento salarial, campanha salarial e greve não só por salários*.

*Carreira dos servidores técnicos* teve 37 menções, entre elas assuntos relativos à *valorização profissional, progressão/capacitação, insalubridade, carga horária, cortes, reestrutura da carreira, greve/pauta dos técnicos, vagas/concurso público e desvalorização salarial*. Os maiores números de menções são correspondentes às

subcategorias de vagas/concurso público e progressão/capacitação, que possuem 10 menções e 7 menções, respectivamente.

A insuficiência de recursos tem trazido enormes prejuízos para o desenvolvimento das atividades nas IFE, aprofundando a precarização das condições de trabalho, que se evidencia na falta de professores(as) e servidores técnico-administrativos. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 8) (I)

*Garantia da autonomia, agressão à autonomia, autonomia via privatização, Estatuante e novos campi* são as subcategorias de *Autonomia Universitária*, onde a maior ênfase é dada para os dois primeiros eixos – *garantia da autonomia* e *agressão à autonomia* – que juntas possuem 17 menções de um total de 26. Entre os pontos abordados nestas questões é perceptível o desejo por uma maior autonomia da Universidade e pela revogação da Lei nº 9192/1995 e do parágrafo 56 da LDB – que instituem conselhos e escolha dos dirigentes.

Quanto a democracia e participação da comunidade acadêmica nas decisões inexistem mecanismos efetivos. Os conselhos superiores são constituídos de maneira não democrática, com uma composição de membros não eleitos indicados pelo poder central da UFRB. Neste sentido, não é por acaso que NUNCA houve uma contrariedade a uma posição oficial em dez anos. Assim, não é exagero afirmar que a burocracia universitária controla as principais decisões de poder na instituição universitária. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 20) (O)

*Plano Nacional de Educação (PNE), defesa da educação pública, defesa da universidade/IFE, precariedade do ensino e situação orçamentária/cortes* são os pontos presentes inseridos na categorização da *defesa da educação pública e gratuita*. A pauta foi quase que exclusivamente dedicada à *defesa da educação pública e defesa da universidade/IFE* – uma soma de 89 menções de um total de 94. As falas e trechos voltam-se para defesa de direitos, de uma educação pública, gratuita e com qualidade e pelo descaso governamental que, em inúmeras situações, obriga o docente a ministrar aulas sem fornecer o mínimo necessário.

O projeto de UFRB está em cheque. A nossa luta pode ser sim por salário, mas também tem que ser em defesa da universidade pública...(APUR, 2015, Boletim Informativo nº 10) (O)

Mais de 50% das vagas do ensino superior privado contam com algum subsídio estatal. E por que ainda temos a universidade pública e gratuita

no país? Porque estudantes, docentes e técnicos lutaram muito nas últimas décadas na defesa da Educação Pública, que é um direito de todos e dever do Estado. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 12) (O)

A gente não está na universidade para fingir que está ensinando, nós estamos defendendo um projeto político de educação gratuita, de qualidade, inclusiva e com expansão para os territórios do interior do Brasil. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 18) (O)

[...] A UFRB hoje recebe mais de 10 mil estudantes, e é preciso que os estudantes tenham um estudo de qualidade. Esse é o nosso compromisso e não abriremos mão, não faremos uma universidade de qualquer jeito. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 18) (O)

*Orçamento geral do MEC e do Governo* foi a categoria mais citada ao longo dos boletins, obtendo o total de 272 menções com assuntos concernentes à *reversão de cortes, manifestações, paralisações ou atos, cortes, contingenciamento, (re)ajuste fiscal, demissão de terceirizados, negociação, aumento de recursos, aumento nos tributos/CPMF e superávit primário.*

O Boletim Informativo n. 1 já começa incisivamente a apresentação das pautas referentes ao orçamento

O Ministério da Educação, e por extensão o novo ministro, também precisa resolver a questão ... as novas regras para o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); os atrasos em parcelas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), e, obviamente, o já citado problema com a não aprovação do orçamento para 2015, o que tem impedido que o governo repasse recursos às universidades federais, e tem gerado cortes de diversos serviços. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 1) (I)

Conforme ocorre o avanço das leituras dos BI-APUR, percebe-se a permanência dos discursos que rodeiam orçamento e o corte realizado durante o ano de 2015

[...] as universidades e demais instituições federais de ensino estão à míngua, sem condições de funcionamento, enquanto o governo anuncia que vai promover mais cortes... (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 6) (O)

Mesmo com os cortes, ... o governo ainda quer consolidar a expansão de universidades e institutos federais. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 7) (I)

O discurso sobre a “Pátria Educadora” já mostrou sua verdadeira face na medida em que reduz, drasticamente, os recursos para a educação, privilegiando investimentos de estímulos ao ensino privado. (APUR, 2015,



Boletim Informativo nº 8) (I)

[...] pois essa nefasta política econômica já começou a afetar o funcionamento da nossa UFRB, que até agora acumula uma dívida de quase R\$ 10 milhões; o que fez a reitoria já anunciar um conjunto de cortes no custeio da universidade... (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 10) (I)

O quadro ainda se mostra mais assustador em 2015, quando a UFRB tem que enfrentar não só o corte na educação, mas também um déficit de R\$ 9.706.743,93... (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 11) (I)

Marzola destacou que o ensino público recebe apenas 3% do total de investimentos orçamentários federais e, mesmo assim, é o que mais sofre com o contingenciamento de recursos enquanto bilhões continuam a ser destinados para juros e amortização da dívida pública do governo, que responde por cerca de 47% do Orçamento da União. “Não adianta disfarçar os números. Está havendo um esforço do governo, e por parte de alguns reitores, em demonstrar que está tudo bem. Se as instituições não pararem pela greve, elas vão parar por inanição. As instituições hoje não têm condições de começar o segundo semestre, pois não há recursos...” (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 12) (O)

[...] os reitores têm que escolher quais contas vão pagar, pois o orçamento destinado para as universidades federais não é suficiente para honrar com todas as despesas mensais. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 13) (I)

[...] esta universidade recebeu um corte de 12 milhões... (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 15) (O)

[...] a universidade precisa de gente para seguir em frente, de uma ligação com os interesses populares, mas ela também precisa de dinheiro, pois estamos no capitalismo. Na medida em que o governo corta o dinheiro, por mais que tenha gente que queira trabalhar, vai chegar um momento em que não vai ter como fazer as coisas. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 23) (O)

A seção de investimentos e custeio previsto nas Diretrizes Gerais institui uma previsão de 2 bilhões de reais para o período de 2008 a 2011. (BRASIL, 2007, p. 13). Estipula ainda que “o valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentaria, gradativamente, no período de cinco anos, até atingir, ao final, o montante correspondente a 20% do previsto para 2007”. (BRASIL, 2007, p.13)

Porém, era evidente que o financiamento não seria suficiente para atender todas as IFES participantes do Programa, fazendo-as, de certa forma, disputarem entre si para concessão de maior suporte financeiro, além da tarefa de condicionarem ações internas para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Adesão – já que o repasse dos recursos dependia desse compromisso.

E, por mais que as universidades conseguissem ultrapassar todas essas adversidades invisibilizadas – já que as organizações estatais faziam questão de maquiá-las –, ainda teriam que enfrentar as diminuições dos recursos destinados ao REUNI. Incontestavelmente, em algum momento, a conta de uma expansão do ensino superior com dotação orçamentária limitada chegaria, e isso não tardou a acontecer.

Contraditoriamente, a Nação, que possuía como lema para educação o slogan de “Pátria Educadora”, anunciou, no ano de 2015, um corte orçamentário de mais de R\$ 10 bilhões de reais no Ministério da Educação. Não é surpresa para ninguém que tal fatura ameaçaria (e muito) a manutenção de programas e políticas educacionais em vigência no país e isso incluiria a manutenção das universidades federais, cuja expansão foi proporcionada pelo REUNI.



## 5.8. Menção Direta ao REUNI

A importância dessa dimensão para percepção de como os atores sociais percebem a Política que eles implementaram (e continuam implementando) é indiscutível. Dessa forma, são registradas aqui as evocações mais relevantes para a discussão do REUNI como programa/ação política.

O professor fez um panorama geral da situação econômica e política do Brasil, enfatizando a situação atual do país e os motivos que levaram à Greve. Fez questão de enfatizar que a expansão tem sim aspectos positivos, sobretudo, pelo lado da inclusão de populações historicamente excluídas do ensino superior, mas frisou que a expansão não pode ser precária, como vem ocorrendo, com sedes provisórias e precárias e com falta de quadros docentes e de servidores técnicos. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 11) (O)

Shilton Roque dos Santos, da coordenação geral do Sinasefe, ressaltou que a greve iniciada pela entidade no dia 13 de julho é uma reação a esse processo de expansão desordenada... (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 12) (O)

Quando falamos de precarização, reflexo da expansão nas instituições, falamos na precarização nas condições de trabalho na carreira docente e isso reflete no desempenho das nossas atividades e na qualidade da oferta da educação. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 12) (O)

Aqui existe a possibilidade concreta de experimentarmos o projeto político de uma Universidade que pensa e constrói a nação brasileira, uma Universidade dos/as trabalhadores/as e para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as e as populações negras e pobres do país. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 15) (O)

[...] ... é preciso compreender, por exemplo, que a política de expansão das IFES no Brasil se desenvolve em contradição com as conquistas históricas dos/as trabalhadores/as, ela se dá precarizando as carreiras, atacando a previdência, privatizando e terceirizando os serviços, e retirando outros tantos direitos. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 15) (O)

Mas o sonho do "acesso" não se traduziu em políticas de permanência com qualidade, antes as reduziu, muitas vezes, à assistência (necessária, mas não suficiente) e aos programas governamentais que lhe garantem entrada e saída nas portas do Ministério da Educação. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 15) (O)

Torna-se explícito, através de todos os relatos acima, a importância dada ao REUNI pelos docentes sindicalizados como promoção da expansão do ensino superior, apesar da expressiva oposição de uma expansão, muitas vezes, sem a qualidade devida. Pois, como atores sociais e agentes implementadores que são, não poderiam se abster de uma interpretação e, conseqüente, releitura do REUNI.

[...] é importante destacar que o processo de implementação da UFRB está relacionado, sobretudo, com os êxitos e equívocos, enfim as contradições do processo de expansão do ensino superior, o REUNI. (APUR, 2015, Boletim Informativo nº 20) (O)

Nesse ponto, vemos de forma concreta, como se desenrola o contexto da prática de Ball e Bowe (1992 *apud* MAINARDES, 2006), onde, a partir da visão, vivência, dos interesses dos atores sociais se desencadeia o processo de recriação da política. Os docentes sindicalizados assumem o papel de protagonistas na implementação de políticas de cunho educacional – assim como outros burocratas de nível de rua nas suas respectivas áreas de atuação –, suas percepções, interpretações e ações são impressas no modo como direcionam e aplicam a Política aos seus destinatários, expressos aqui na figura dos discentes.

## 6. Considerações Finais

Iniciamos a pesquisa objetivando responder quais as relações percebidas nas reivindicações dos docentes sindicalizados à APUR durante a greve de 2015 e o REUNI. Porém, o propósito maior era o questionamento acerca do distanciamento entre a política de fato e a política em uso na UFRB, utilizando na busca dessa resposta as percepções do olhar do docente implementador através das leituras e análises dos Boletins Informativos da Associação.

Contudo, não imaginávamos a complexidade e riqueza dos dados que iríamos encontrar nos BI-APUR e como eles se uniriam tão perfeitamente ao questionamento que originou esse Trabalho de Conclusão de Curso. Ao longo dessa trajetória, foi possível analisar como as interpretações dos atores sociais, envolvidos diretamente com o processo de implementação de uma política pública, podem vir a desencadear o processo de redesenho de uma política pública.

Todas essas interpretações acarretadas pelos docentes implementadores – principalmente pelos docentes sindicalizados – são, acima de tudo, geradas como consequência de uma política pública *top-down*, construída de forma verticalizada que desconsiderou as pautas da comunidade acadêmica sobre a expansão que viria a ser concretizada. Dessa forma, tal modelo, quando implementado, sofre alterações da política original ou política de fato a partir das vivências e ideais dos atores sociais, o que termina por gerar a política em uso e o contexto da prática.

As pautas presentes nos Boletins Informativos fazem parte de uma proteção da categoria pelos seus membros – fato bastante relevante visto que por ser uma associação docente objetiva justamente esse fim – porém, muito além disso, a partir desses BI-APUR foi possível aproximar-se do olhar docente para o REUNI, como a comunidade acadêmica sofre ao oferecer um trabalho que, na grande maioria, não é o desejado, mas que é o possível a partir da realidade vivenciada na UFRB.

Durante a análise das unidades de contextos coletadas, não coincidentemente, as

maiores unidades de registros centraram-se nas *Dimensões não previstas no Decreto nº 6.096/2007* – de um total de 836 menções, 719 são referentes a essa categorização. Todo o conteúdo integrante dessa categoria são pontos que não foram incluídos na política de fato do REUNI, mas que seriam essenciais no período de implementação da política. Outra categoria essencial para a sustentabilidade da pesquisa foi a *Menção direta ao REUNI*, ponto fundamental para entender a visão dos docentes acerca da expansão realizada.

O REUNI, apesar de todos os pontos que precisavam ser considerados – financiamento escasso, aumento da relação de alunos por professor, desvalorização do tripé universitário (pesquisa-ensino-extensão), em suma, uma expansão que priorizou a elevação das matrículas sem levar em contrapartida uma também ascensão da qualidade observada da educação superior – conseguiu ampliar o acesso ao ensino superior. A UFRB, especificamente, conseguiu abraçar a população do Recôncavo Baiano com suas atividades e cursos, apesar de inicialmente essa expansão ter se dado de maneira tímida.

Hodiernamente vivenciamos a aprovação da Medida Provisória 746/2016, que institui a reforma no Ensino Médio no Brasil. A reforma amplia a carga horária dos estudantes, trazendo uma mudança nos currículos acadêmicos e dotação orçamentária bastante limitada ao tamanho da despesa que será gerada. Essa política também é do modelo *top-down*, remetendo bastante ao contexto de criação do REUNI e às controvérsias sinalizadas pelos profissionais da área na época. A aprendizagem com a implementação do REUNI poderia ter sido – mas não foi – considerada nesta reforma do Ensino Médio, evitando-se assim uma série de problemas. Uma política que não leva em consideração as pautas dos seus implementadores é uma política predestinada a novas interpretações e, conseqüentemente, novas recriações.

## REFERÊNCIAS

ANDES-SN. **Universidade Nova: A face oculta da contra-reforma universitária**. Março de 2007. Disponível em: <[www.aduff.org.br/documentos/download/20070817\\_06\\_universidadenova.pdf](http://www.aduff.org.br/documentos/download/20070817_06_universidadenova.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Cad. ANDES**, Brasília, n.25, p. 1-41, agosto 2007. Disponível em: < [www.anped11.uerj.br/novas%20faces%20reforma%20universitaria.pdf](http://www.anped11.uerj.br/novas%20faces%20reforma%20universitaria.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **PDE - O plano de desestruturação da educação superior**. Brasília, outubro/2007. Disponível em: < [www.anped11.uerj.br/PDEAndes.pdf](http://www.anped11.uerj.br/PDEAndes.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Precarização do trabalho docente II: Na defesa da educação pública de qualidade. Dossiê Nacional 3. **Revista Andes Especial**. Novembro de 2013, pg. 1-92. Disponível em: <[portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-538744690.pdf](http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-538744690.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2016.

APUB. Reuni: o que mudou e o que precisa mudar. **Jornal da APUB**, Salvador, Bahia. Junho de 2013. n.º 44. Disponível em: < [www.apub.org.br/wp-content/.../Jornal-APUB-SINDICATO-junho-13-baixa-ares.pdf](http://www.apub.org.br/wp-content/.../Jornal-APUB-SINDICATO-junho-13-baixa-ares.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2016.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado. **Áskesis**, volume 3, n. 1, p. 45-57, janeiro/junho - 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Seção sindical da UFRB é homologada pelo ANDES-SN**. Disponível em: <[http://www.aduneb.com.br/noticias.php?news\\_not\\_pk=1019](http://www.aduneb.com.br/noticias.php?news_not_pk=1019)>. Acesso em: janeiro de 2017.

BALARDIN, Mateus; NISHIMURA, Shin. **A universidade em tempos de precarização: nexos entre a reforma universitária e a greve nas federais**. In: Caderno de debates da EXNEEF. 2012. 262 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do REUNI: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**, v. 22, n. 39, p. 117-138, jan./abr. 2012. Disponível em: <[flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1113.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1113.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes Gerais**. Plano de Desenvolvimento da Educação, agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros**, 2011a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf)>. Acesso em: dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. **Estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d2026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d2026.htm)>. Acesso em: novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PROUNI – Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, outubro de 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Anexo I - Formulário de apresentação de propostas**. Cruz das Almas, 2007, 69 p.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Caminho, histórias e memórias**. 1ª ed. Cruz das Almas: UFRB, 2010. 113 p.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Relatório de Gestão Setorial da PROGRAD: exercício de 2011**. Cruz das Almas, 2011, 61 p.

BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1-25, 2003.

CORREA, João Jorge. O sindicalismo docente e as políticas educacionais: a experiência do CPERS/Sindicato. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2003, Cascavel - PR. **Anais do Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel - PR: Edunioeste, 2003.

CUNHA, Luiz Antonio. O Ensino Superior no Octênio FHC. **Educ. Soc.**, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril de 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2016.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6794>>. Acesso em: dezembro de 2015.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. As influências da reforma da educação superior no Brasil e na União Europeia nos papéis sociais das universidades. **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

LÉDA, Denise Bessa.; MANCEBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Revista Educação e Realidade**, v. 34, pg. 49-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457>>. Acesso em: maio de 2016.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: Perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez 2013.

LIMA, L.L.; D'ASCENZI, L.; DIAS, G.V.R.S. O papel da burocracia de nível de rua na implementação e (re)formulação da Política de Humanização dos serviços de saúde. In: Encontro da ABCP, 9, 2014, Brasília - DF. **Anais eletrônicos**. Brasília - DF, 2014, p. 1-21.

LOPES, Carlos Magno de Lima. O REUNI e a intensificação do trabalho docente. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, 2011, São Luís - Maranhão. **Anais eletrônicos**.



Maranhão: UFMA, 2011, p. 1-9.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista de Educação Social**, Campinas, vol. 27, p. 47-69, jan./abr. 2006.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Mudanças nas Políticas Públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**. São Luis, v. 12, n.1, p. 27-36, jan./jun. 2008.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de Educação Superior: Expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, n. 3, p. 1-57, jan-jun. 2013.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas**. Instituto de Gestão Econômica de Políticas Públicas, unidade VI – A concepção do ciclo de políticas públicas, ano 2013, p. 1-22. Disponível em: <[http://igepp.com.br/uploads/ebook/para\\_aprender\\_politicas\\_publicas\\_-\\_unidade\\_06.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_06.pdf)>. Acesso em: 20 de dez de 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no Século XXI: Para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina; outubro 2008.

SANTOS, Bruno Lima Patrício Dos. A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito. **Educação em Revista**, Marília, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/642/525>>. Acesso em: agosto de 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Josielle Soares da; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do REUNI: a implementação do programa na UFRN. **HOLOS**, ano 30, v. 6, p. 206-224, maio/dez. 2014. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2152/0>>. Acesso em: maio de 2015.

SILVA, M. **O REUNI na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi!**. 2015. 307 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

UNESCO, **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2016.

WEBER, Silke. Avaliação e Regulação da Educação Superior: Conquistas e Impasses. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1247-1269, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: setembro de 2016.

ZANIN, F. C.; FREITAS, J. A. R.; KUNZLE, L. A.; TOSTES, R. A. Implantação do REUNI na UFPR: consequências no trabalho docente e reflexões e debates para a ação sindical. In: Seminário do Trabalho: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI, 8, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 1-14.

## Apêndice 1

Sistematização dos boletins informativos da APUR durante a greve de 2015

Início da greve: 9 de julho de 2015

Final da greve: 13 de outubro de 2015

N. do Informativo	Data	N. de páginas	Relativo ou não a assembleias	Seções	Seções analisadas neste TCC
1	9 de abril de 2015	4	Não		
2	16 de abril de 2015	7	Não		
3	30 de abril de 2015	7	Não		
4	7 de maio de 2015	4	Sim		
5	14 de maio de 2015	4	Sim		
6	21 de maio de 2015	7	Sim		
7	28 de maio de 2015	5	Não		
8	3 de junho de 2015	4	Não		
9	11 de junho de 2015	4	Sim		
10	3 de julho de 2015	10	Sim		
11	9 de julho de 2015	10	Sim		
12	17 de julho de 2015	10	Não		
13	24 de julho de 2015	11	Sim		
14	30 de julho de 2015	8	Sim		
15	3 de agosto de 2015	10	Não		
16	13 de agosto de 2015	10	Sim		.
17	21 de agosto de 2015	11	Não		
18	27 de agosto de 2015	14	Não		
19	3 de setembro de 2015	6	Não		
20	14 de setembro de 2015	8	Sim		
21	18 de setembro de 2015	17	Não	.	.
22	25 de setembro de 2015	9	Não		
23	1 de outubro de 2015	13	Sim		
24	8 de outubro de 2015	5	Não		

## Apêndice 2

Tabela utilizada na categorização individual e geral dos boletins informativos da APUR.

<b>N.</b>	<b>Dimensões do REUNI</b>	<b>Categorias</b>	<b>Unidade de Registro</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
1	Ampliação da Oferta da Educação Superior Pública	Aumento das vagas dos ingressos, especialmente no noturno		
		Redução das taxas de evasão		
		Ocupação de vagas ociosas		
2	Reestruturação Acadêmico Curricular	Revisão da estrutura acadêmica buscando elevar a qualidade		
		Reorganização dos cursos de graduação		
		Diversificação das modalidades de graduação		
		Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem itinerários formativos		
		Previsão de modelos de transição		
3	Renovação Pedagógica da Educação Superior	Articulação da ed. Superior com a básica, profissional e tecnológica		
		Atualização de metodologias de ensino-aprendizagem		
		Capacitação pedagógica		
4	Mobilidade Intra e Interinstitucional	Ampla mobilidade estudantil mediante aproveitamento de crédito e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre IES		
5	Compromisso Social da Instituição	Políticas de inclusão		
		Programas de assistência estudantil		
		Políticas de extensão universitária		
6	Suporte de Pós-Graduação ao Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos cursos de Graduação	Articulação entre PG e G		
		Expansão da PG orientada para a renovação pedagógica na G		
7	Recursos Diretamente Vinculados ao REUNI	Construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa		
		Compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos		
		Despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação		
8	Dimensões não previstas no Decreto nº	Carreira docente		
		Questões salariais		
		Carreira dos servidores técnicos		

	6.096/2007	Autonomia universitária		
		Defesa da Educação pública e gratuita		
		Orçamento geral do MEC e do Governo		
9	Menção direta ao REUNI	Menção direta ao REUNI como programa/ ação política		